



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, março/2006

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Murilo Portugal Filho

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

José Antônio Gagnani

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandy Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 2, fevereiro 2006. 39 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em fevereiro de 2006, o Governo Central registrou superávit de R\$ 3,5 bilhões, contra R\$ 4,0 bilhões no mês anterior. O Tesouro contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 5,9 bilhões, enquanto a Previdência (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,4 bilhões e superávit de R\$ 21,9 milhões, respectivamente. Ainda que o superávit do Governo Central do mês compare-se favoravelmente ao de fevereiro de 2005 (R\$ 2,1 bilhões), no acumulado do ano, montante de R\$ 7,4 bilhões (2,33% do PIB) alcançado em 2006 é menor que o de R\$ 10,5 bilhões verificado em período equivalente de 2005, em parte devido às antecipações de gastos detalhadas no boletim de janeiro de 2006. Assinale-se, não obstante, a desaceleração no crescimento da receita administrada e a dinâmica bastante vigorosa do número de benefícios concedidos pelo seguro-desemprego, LOAS, e alguns grupos do INSS. Ainda em comparação a 2005, houve concentração nas despesas com sentenças judiciais (+R\$ 746,0 milhões), aumento marginal das despesas com os outros Poderes (R\$ 641,3 milhões contra R\$ 520,8 milhões), e crescimento de R\$ 175,7 milhões com o PPI (não houve despesa nessa rubrica em 2005).

No primeiro bimestre de 2006, o resultado primário do Governo Central foi de R\$ 7,4 bilhões, equivalente a 2,33% do PIB.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JAN 2006	FEV 2006	JAN-FEV 2005 2006	
I. RECEITA TOTAL	45.560,9	38.584,7	76.686,4	84.145,6
I.1. Receitas do Tesouro	37.284,4	29.136,3	61.048,8	66.420,7
I.1.1. Receita Bruta (1)	37.710,8	29.525,5	61.849,9	67.236,4
I.1.2. (-) Restituições	-426,4	-389,2	-801,1	-815,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.203,7	9.318,6	15.418,0	17.522,3
I.3. Receitas do Banco Central	72,8	129,8	219,6	202,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.434,3	7.274,0	14.095,1	15.708,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	37.126,6	31.310,7	62.591,3	68.437,3
IV. DESPESA TOTAL	33.158,5	27.832,4	52.108,5	60.990,9
IV.1. Despesas do Tesouro	20.021,7	15.965,1	30.243,5	35.986,9
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	10.023,7	8.078,1	15.863,0	18.101,8
IV.1.2. Custeio e Capital	9.996,5	7.820,0	14.266,4	17.816,5
IV.1.2.1. Despesa do FAT	950,9	529,2	1.116,0	1.480,1
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	2.188,9	528,6	1.470,5	2.717,6
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	850,9	852,5	1.309,7	1.703,4
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.005,9	5.909,7	10.370,3	11.915,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	1,5	67,0	114,2	68,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	13.047,8	11.759,4	21.666,9	24.807,2
IV.3. Despesas do Banco Central	89,0	107,9	198,1	196,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.968,1	3.478,3	10.482,8	7.446,4
V.1. Tesouro Nacional	8.828,4	5.897,2	16.710,2	14.725,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-4.844,1	-2.440,8	-6.248,9	-7.284,9
V.3. Banco Central (4)	-16,3	21,9	21,6	5,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,59%	2,33%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO: 2006/2005

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	9,7%
Tesouro	8,8%
Previdência	13,6%
Transferências	11,4%
Receita Líquida	9,3%
Despesas	17,0%
Benefícios	14,5%
Pessoal	14,1%
Custeio e Capital	24,9%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)

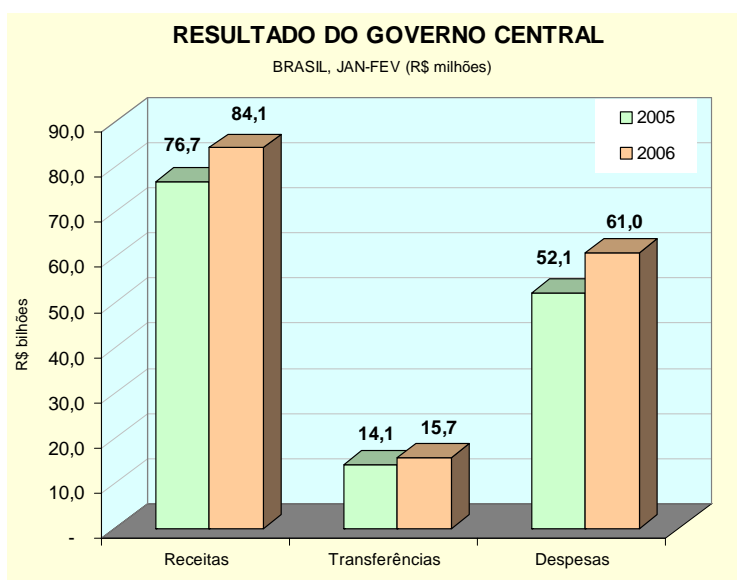
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	26,25%	26,28%
Transferências	4,83%	4,91%
Receita Líquida	21,43%	21,37%
Despesa Total	17,84%	19,05%
Resultado Primário	3,59%	2,33%

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 29,5 bilhões em fevereiro, diminuição de R\$ 8,1 bilhões (21,7%) em relação a janeiro, basicamente em função de fatores sazonais. No mês anterior, verificou-se: a) o pagamento da primeira cota ou cota-única do IRPJ e da CSLL relativa ao resultado apurado no último trimestre do exercício de 2005; b) uma concentração na arrecadação do IRRF – Rendimentos de Capital relativa a juros remuneratórios do capital próprio, uma vez que, tradicionalmente, o pagamento aos acionistas ocorre no início do exercício; e c) recolhimento da participação especial da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.

O acumulado da receita bruta do Tesouro Nacional em 2006 cresceu 8,8% em termos nominais, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

No primeiro bimestre, a receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R\$ 5,4 bilhões (8,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando o montante de R\$ 67,2 bilhões. A variação real mais relevante refere-se ao IPI-automóveis (38,40%), em função do aumento de 18,9% no volume de vendas ao mercado interno e em decorrência do recolhimento reduzido no primeiro bimestre do exercício anterior, por conta da compensação de débitos. As medidas de desoneração tributária adotadas recentemente (correção de tabela do IRPF em 8%, redução das alíquotas do IPI sobre insumos da construção civil, alteração no prazo de recolhimento de tributos, dentre outras) devem ter efeito ao longo do ano.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/06	FEV/06
Receita Total	45.560,9	38.584,7
Transferências	8.434,3	7.274,0
Receita Líquida	37.126,6	31.310,7
Despesa Total	33.158,5	27.832,4
Resultado Primário	3.968,1	3.478,3



No acumulado do ano, as transferências a Estados e Municípios se elevaram de R\$ 14,1 bilhões para R\$ 15,7 bilhões (11,4%).

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 7,3 bilhões em fevereiro contra R\$ 8,4 bilhões em janeiro, apresentando redução de R\$ 1,2 bilhão. Em grande parte, essa redução se justifica pela transferência, em janeiro, dos valores referentes à CIDE-Combustíveis, cujo repasse ocorre trimestralmente, e pela ausência de liberação de recursos a título de desoneração do ICMS, em

virtude da não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA). No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios se elevaram de R\$ 14,1 bilhões para R\$ 15,7 bilhões, em especial devido ao comportamento dos tributos partilhados (IR e IPI), base de cálculo dessas transferências, e ao repasse de royalties e da participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 16,0 bilhões, em fevereiro, contra R\$ 20,0 bilhões, no mês anterior. O comportamento dos gastos com pessoal e encargos sociais, que reduziram-se em R\$ 1,9 bilhão, é explicado, principalmente, por fatores sazonais ocorridos em janeiro: liberação de R\$ 1,2 bilhão para pagamento de precatórios de natureza alimentícia; pagamento de R\$ 519,3 milhões referentes à décima quarta parcela relativa ao reajuste de 28,86%; liberação de R\$ 160,3 milhões para o pagamento da sétima parcela do passivo de 3,17% aos servidores do Poder Executivo (exceto militares) e concentração de pagamentos relativos ao adiantamento de 13º salário e férias dos servidores públicos federais. Os gastos com custeio e capital atingiram R\$ 7,8 bilhões, apresentando redução de R\$ 2,1 bilhões em relação a janeiro, em parte pela inexistência de despesa de capitalização da Emgea em fevereiro.

No acumulado de 2006, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,24% do PIB, contra 10,35% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 5,7 bilhões (19,0%) em relação a 2005. Destacam-se, em especial, os incrementos de R\$ 2,3 bilhões (14,1%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 3,4 bilhões (24,9%) nas despesas de custeio e capital.

As despesas do FAT atingiram o montante de R\$ 1,5 bilhão até fevereiro de 2006, com acréscimo de R\$ 364,1 milhões (32,6%) em relação a igual período de 2005. Com relação ao abono salarial, tem havido um crescimento histórico nos últimos anos. Os trabalhadores que efetivamente receberam o benefício cresceram de 6,7 milhões em 2000/2001 para 8,4 milhões em 2004/2005 (24,8%), como decorrência da expressiva geração líquida de empregos com remuneração até dois salários mínimos (que dão direito ao abono salarial).

No caso dos gastos com seguro-desemprego observou-se aumento de benefícios concedidos, explicado, em parte, pelas medidas voltadas para facilitar o acesso do potencial beneficiário às informações necessárias para habilitação ao benefício. Além disso, dada a rotatividade nas faixas de salário mais baixo, o aumento do emprego formal observado desde 2003 reflete-se em um aumento do desemprego temporário, ainda que em proporção menor que a do aumento do emprego.

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/06	FEV/06
Pessoal e Encargos	10.023,7	8.078,1
Custeio e Capital	9.996,5	7.820,0
Despesas do FAT	950,9	529,2
Subsídios e Subvenções /1	2.188,9	528,6
LOAS/RMV	850,9	852,5
Outras	6.005,9	5.909,7
Transferência ao Bacen	1,5	67,0

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 7,3 bilhões no primeiro bimestre de 2006, refletindo o incremento na quantidade de benefícios e no valor médio pago.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,28%	5,47%
Benefícios	7,42%	7,75%
Resultado Primário	-2,14%	-2,27%

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 7,3 bilhões no bimestre, contra R\$ 6,2 bilhões no mesmo período de 2005. A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 17,5 bilhões, com crescimento de 13,6% em relação ao primeiro bimestre de 2005. Tal acréscimo é consequência do comportamento favorável em termos de geração de novos postos formais de trabalho e da evolução da massa salarial sobre a qual incide a contribuição previdenciária. Quando comparada a fevereiro de 2005, a massa nominal apresentou crescimento de 11,40%.

Em relação às despesas, continua a ampliação do contingente de novos benefícios (incremento de 656,4 mil na quantidade média mensal de benefícios do RGPS pagos, equivalente a 3,2% do estoque). Ressalta-se o crescimento do pagamento de sentenças judiciais ocorrido nos últimos anos, principalmente com as requisições de pequeno valor advindas dos juizados especiais federais, concentradas nas causas de revisões de benefícios relacionadas a ORTN, Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) e majoração das cotas de pensão.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 29,5 bilhões em fevereiro, apresentando diminuição de R\$ 8,1 bilhões (21,7%) em relação a janeiro. Entre os fatores que explicam esse comportamento se destacam os seguintes efeitos sazonais: a) pagamento, em janeiro, da primeira cota ou cota-única do IRPJ e da CSLL relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano; b) concentração no mês anterior da arrecadação do IRRF – Rendimentos de Capital relativa a juros remuneratórios do capital próprio; e c) bom desempenho das vendas no final de 2005, o que acarretou maior arrecadação no mês de janeiro de contribuições como Cofins, PIS/Pasep e IPI- outros.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) ^{1/}		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/06	FEV/06
Impostos	14.469,0	12.660,8
Imposto de Renda	10.893,9	9.409,1
IPI	2.249,9	2.053,7
Outros	1.325,2	1.197,9
Contribuições	17.048,9	14.118,2
Cofins	7.952,0	6.637,5
CPMF	2.403,0	2.305,0
CSLL	3.035,1	2.113,6
Cide - Combustíveis	626,8	590,7
Outras	3.031,95	2.471,40
Demais	6.192,9	2.746,6
Cota parte	2.507,3	871,3
Diretamente Arrecadada	1.290,5	919,5
Dividendos da União	717,2	130,9
Pagamento Unificado ^{2/}	303,2	245,6
Outras	1.374,7	579,2
Total Bruto	37.710,8	29.525,5

^{1/} Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

^{2/} Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Outro fator que contribuiu para a redução da arrecadação em fevereiro foi o menor número de dias úteis no mês em relação a janeiro, com efeito sobre a arrecadação de tributos como o Imposto de Importação e o IPI-Vinculado, os quais registraram queda de 19,1% e 20,1%, respectivamente.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 2,7 bilhões, contra R\$ 6,1 bilhões do mês anterior, representando queda de R\$ 3,4 bilhões. Contribuíram para essa retração, entre outros fatores: a) a redução de R\$ 1,6 bilhão referente à participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural, resultante do recolhimento trimestral realizado no mês anterior; b) diminuição de R\$ 371,1 milhões nas receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública; c) redução de R\$ 654,6 milhões na receita de concessões, tendo em vista o ingresso

no mês anterior de recursos referentes ao bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás; e d) redução de R\$ 586,2 milhões na arrecadação de dividendos da união.

No primeiro bimestre de 2006, a receita bruta do Tesouro foi equivalente a 21,0% do PIB, registrando decréscimo de 0,17 ponto percentual do PIB, em relação à proporção verificada no mesmo período de 2005, que foi de 21,17% do PIB.

Em termos nominais, nos dois primeiros meses de 2006 a receita bruta totalizou R\$ 67,2 bilhões contra R\$ 61,8 bilhões, no mesmo período de 2005. O acréscimo de R\$ 5,4 bilhões (8,7%), em relação ao mesmo bimestre de 2005, está associado aos seguintes fatores: a) maior número de dias úteis de fato gerador e maior volume de resgates de aplicações financeiras em renda fixa em 2006, que afetou positivamente o recolhimento do IRRF-Rendimentos de Capital, com acréscimo de R\$ 788,0 milhões; b) aumento de R\$ 814,0 milhões, verificado na arrecadação do IRPJ; c) acréscimo de R\$ 246,0 milhões no IRRF-Remessas ao Exterior, relativo ao item “remessas de juros remuneratórios sobre o capital próprio”; e c) arrecadação superior em R\$ 199,0 milhões do IPI-automóveis, explicado em grande medida pelo aumento de 18,9% no volume de vendas ao mercado interno e pelo recolhimento reduzido em 2005, decorrente da compensação de pagamentos efetuados a maior em exercícios anteriores.

Até fevereiro de 2006 a arrecadação das demais receitas apresentou acréscimo de R\$ 1,3 bilhão (16,7%), comparativamente à igual período de 2005. Esse resultado é decorrente em parte do aumento de R\$ 603,1 milhões na receita com concessões, sendo que R\$ 556,4 milhões referentes ao bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás, arrecadados em janeiro de 2006, sem correspondência no período de 2005. Também, houve crescimento de R\$ 667,3 milhões (24,6%) na receita com a cota-parte de compensações financeiras, devido, principalmente, ao maior recolhimento da participação especial nos royalties relativos à extração de petróleo e gás.

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 7,3 bilhões, em fevereiro contra R\$ 8,4 bilhões em janeiro, representando redução de 1,2 bilhão. Concorreram para tal comportamento os seguintes fatores: a) diminuição de R\$ 904,5 milhões (14,0%), ocorrida nas transferências aos fundos constitucionais, associada a fatores sazonais que afetaram a base de cálculo para

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Impostos	8,44%	8,47%
Imposto de Renda	6,27%	6,34%
IPI	1,38%	1,34%
Outros	0,79%	0,79%
Contribuições	10,11%	9,73%
Cofins	4,80%	4,56%
CPMF	1,52%	1,47%
CSLL	1,63%	1,61%
Cide - Combustíveis	0,43%	0,38%
Outras	1,74%	1,72%
Demais	2,62%	2,79%
Cota parte	0,93%	1,06%
Diretamente Arrecadada	0,69%	0,69%
Dividendos da União	0,46%	0,26%
Pagamento Unificado /1	0,17%	0,17%
Outras	0,38%	0,61%
Total Bruto	21,17%	21,00%

/1 Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI)		
	R\$ milhões	
Decêndio	JAN/06	FEV/06
Terceiro Decêndio	8.574,0	7.223,7
Primeiro Decêndio	3.207,2	3.077,6
Segundo Decêndio	2.340,5	1.843,7
Total	14.121,7	12.145,0

esses repasses; b) transferência de recursos da Cide-Combustíveis no valor de R\$ 446,6 milhões, ocorrida em janeiro, relativa à arrecadação apurada no trimestre encerrado em dezembro, sem correspondência em fevereiro (conforme previsto na Lei nº 10.866/2004, as transferências da Cide-Combustíveis ocorrem a cada trimestre); e c) transferência de recursos no montante de R\$ 447,2 milhões, ocorrida em janeiro, ao amparo da Lei Complementar nº 115, de 2002, referentes à segunda e última parcela do repasse disciplinado pela Medida Provisória nº 271, de 26 de dezembro de 2005, sem correspondência em fevereiro. Em fevereiro não houve transferência de recursos relativa à Lei Complementar nº 115/2002, tendo em vista a não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Relativamente às demais transferências houve elevação de R\$ 638,0 milhões, explicada, em boa medida, pelo repasse de recursos provenientes de royalties e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, recolhidos no final de janeiro.

Na comparação entre o primeiro bimestre de 2006 e o de 2005, as transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo da ordem de R\$ 1,6 bilhão (11,4%), saindo de R\$ 14,1 bilhões em 2005 para R\$ 15,7 bilhões em 2006. Destaca-se a evolução das transferências constitucionais que, acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas, superaram em R\$ 1,3 bilhão (12,4%), as transferências realizadas no mesmo período de 2005. Também, houve acréscimo de R\$ 378,9 milhões no repasse de royalties e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás, em decorrência, principalmente, do aumento da produção.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	10.657,7	11.977,6
CIDE - Combustíveis	439,9	446,6
Lei Complementar nº 115/2002	719,8	447,2
Demais	2.277,7	2.836,9
Total	14.095,1	15.708,3

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 16,0 bilhões, em fevereiro, contra R\$ 20,0 bilhões, no mês anterior. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pelo efeito da concentração de dispêndios extraordinários com pessoal e encargos sociais (R\$ 1,9 bilhão) e com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos (R\$ 1,7 bilhão) no mês de fevereiro. Por outro lado, houve aumento de gasto, por exemplo, com o Projeto Piloto de Investimento e pelos Ministérios de Ciência e Tecnologia e da Educação.

Dentre os dispêndios extraordinários com pessoal e encargos sociais em janeiro, que explicam boa parte da queda desse grupo de despesa, de R\$ 10,0 bilhões, em janeiro, para R\$ 8,1 bilhões, em fevereiro, se destacam: (i) liberação de R\$ 519,3 milhões para pagamento da décima quarta parcela relativa ao reajuste de 28,86% devida aos servidores civis da União (Medida Provisória nº

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/06	FEV/06
Pessoal e Encargos	10.023,7	8.078,1
Custeio e Capital	9.996,5	7.820,0
Despesas do FAT	950,9	529,2
Subsídios e Subvenções /1	2.188,9	528,6
LOAS/RMV	850,9	852,5
Outras	6.005,9	5.909,7
Transferência ao Bacen	1,5	67,0

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

2.169, de 24/08/01); (ii) liberação de R\$ 160,3 milhões para o pagamento da sétima parcela do passivo de 3,17% aos servidores do Poder Executivo (exceto militares) relativa à isonomia em reajustes concedidos aos Poderes Legislativo e Judiciário em janeiro de 1995; e (iii) concentração, em janeiro, de pagamentos relativos ao adiantamento de 13º salário e férias dos servidores públicos federais. Além disso, a liberação de recursos para pagamento de precatórios e sentenças judiciais de natureza alimentícias reduziu-se de R\$ 1,2 bilhão em janeiro, para R\$ 303,6 milhões no mês seguinte.

Os gastos com custeio e capital atingiram R\$ 7,8 bilhões, apresentando redução de R\$ 2,1 bilhões. Essa redução refletiu fatores sazonais no FAT, Saúde e outros ministérios, assim como a antecipação do fluxo de capitalização da Emgea em janeiro. Em particular, verificou-se redução de R\$ 421,7 milhões nas despesas relativas ao seguro-desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como decorrência do pagamento, no mês anterior, de R\$ 345,0 milhões de lotes em seguro-desemprego e parte do abono salarial relativos ao exercício de 2005.

Na rubrica “subsídios e subvenções econômicas”, verificou-se aumento dos gastos com o Programa de Investimento Rural e com o Programa de Incentivo às Exportações (Proex), que apresentaram incremento de R\$ 86,6 milhões e R\$ 57,7 milhões, respectivamente. Destacam-se também as despesas com reforma agrária por meio da execução das despesas do Fundo da Terra e Incra, que totalizaram R\$ 51,7 milhões no mês, sem contrapartida em janeiro.

As outras despesas de custeio e capital atingiram o montante de R\$ 5,9 bilhões em fevereiro, contra R\$ 6,0 bilhões no mês anterior. A abertura analítica dessas despesas aponta para o incremento de R\$ 740,2 milhões nas despesas de sentenças judiciais, conforme cronograma de pagamento estabelecido pelo Conselho de Justiça Federal. Os gastos com Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) cresceram de R\$ 51,4 milhões, em janeiro, para R\$ 124,3 milhões em fevereiro. Por outro lado, as despesas discricionárias apresentaram queda de R\$ 959,2 milhões (17,4%), concentrado principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 442,5 milhões), das Relações Exteriores (R\$ 77,1 milhões), da Integração Nacional (R\$ 64,7 milhões), da Justiça (R\$ 62,6 milhões), da Defesa (R\$ 52,8 milhões) e dos Transportes (R\$ 49,0 milhões). Houve crescimento nos gastos com os Ministérios da Ciência e Tecnologia (R\$ 59,6 milhões) e Educação (R\$ 43,3 milhões).

No primeiro bimestre de 2006, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,24% do PIB, contra 10,35% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 5,7 bilhões (19,0%)

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	JAN/06	FEV/06
Agricultura	327,9	313,0
Custeio Agropecuário	16,5	17,4
Investimento Rural	106,9	193,5
Preços Agrícolas	84,9	50,9
- EGF	0,4	0,4
- AGF	24,4	(7,1)
- Sustentação de preços	60,1	57,7
Pronaf	41,2	23,8
Pesa	78,4	26,8
Cacau	-	0,6
Fundo da Terra/Incrá	-	51,7
Outras áreas	(84,9)	39,3
Habitação (PSH)	-	3,0
Exportação (Proex)	(33,3)	24,5
FND (BNDES)	(51,6)	(40,0)
Total	243,0	352,3

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/06	FEV/06
Sentenças Judiciais	7,7	747,9
Legislativo/Judiciário	331,0	310,3
Crédito Extraordinário	61,7	125,9
Projeto Piloto de Investimento	51,4	124,3
Outras Obrigatórias/1	35,8	42,1
Discricionárias/2	5.518,3	4.559,1
d/q Min. da Saúde	2.977,3	2.534,8
Min. das Relações Exteriores	115,9	38,9
Min. da Integração Nacional	107,9	43,2
Min. da Justiça	133,7	71,1
Min. da Defesa	216,6	163,8
Min. dos Transportes	143,3	94,2
Min. do Desen. Social	556,4	532,8
Min. da Educação	400,7	444,1
Min. Ciência e Tecnologia	88,2	147,8
Demais	778,4	488,6
Total	6.005,9	5.909,7

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT.

**Despesas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**

em relação a 2005. Destacam-se, em especial, os incrementos de R\$ 2,3 bilhões (14,1%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 3,4 bilhões (24,9%) nas despesas de custeio e capital.

DESPESAS DO TESOIRO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	5,43%	5,65%
Custeio e Capital	4,88%	5,56%
Despesas do FAT	0,38%	0,46%
Subsídios e Subvenções /1	0,50%	0,85%
LOAS/RMV	0,45%	0,53%
Outras	3,55%	3,72%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,02%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Aproximadamente 57,3% do aumento de 0,68 ponto percentual do PIB nos gastos com custeio e capital no primeiro bimestre do ano se devem a provisão de passivos da Emgea e do FCO 2005.

Os gastos com a folha salarial mostram sinais de crescimento nos primeiros dois meses do ano, passando de 5,43% do PIB, em 2005, para 5,65% do PIB, em 2006. Este acréscimo é decorrente do crescimento vegetativo da folha salarial, além dos seguintes fatores: i) reestruturação de algumas carreiras estratégicas ao longo de 2005; ii) substituição de funcionários terceirizados por concursados, verificada em 2005 em diversos órgãos da administração pública, com destaque para preenchimento de vagas no Ministério da Educação e no INSS e iii) ingressos de novos servidores para composição dos quadros permanentes das agências reguladoras, em substituição aos funcionários contratados temporariamente.

O gastos com custeio e capital atingiram 5,56% do PIB no primeiro bimestre do ano, representando incremento de 0,68 ponto percentual do PIB. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 3,5 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior, concentrando-se R\$ 1,3 bilhão em subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos e R\$ 1,5 bilhão em outras despesas de custeio e capital.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos passaram de R\$ 1,5 bilhão no primeiro bimestre de 2005, para R\$ 2,7 bilhões, em 2006. Parte deste aumento deve-se à capitalização da Emgea, que neste ano ocorreu em janeiro (R\$ 1,5 bilhão), ao passo que, em 2005, o impacto foi realizado nos meses de fevereiro (R\$ 585,2 milhões) e março (R\$ 605,7 milhões).

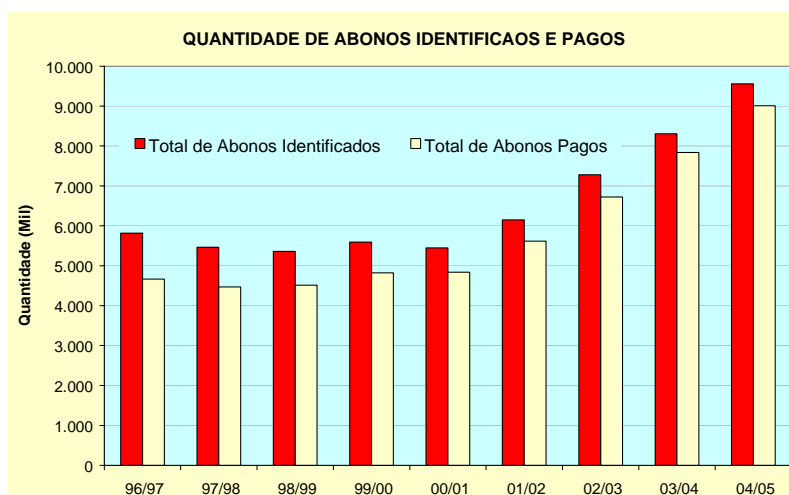
Por sua vez, os subsídios aos fundos regionais totalizaram R\$ 639,8 milhões no acumulado até fevereiro de 2006, contra R\$ 269,8 milhões no mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete o maior provisionamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), como resultado da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005, que facultou ao banco administrador utilizar nas operações de risco integral ou compartilhado as mesmas normas utilizadas pelo sistema financeiro para constituição de provisão de crédito de liquidação duvidosa e para reconhecimento de prejuízos (Resolução CMN nº 2.682, de 28/12/99).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 393,7 milhões (30,1%) em relação ao acumulado até fevereiro de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2005 e o

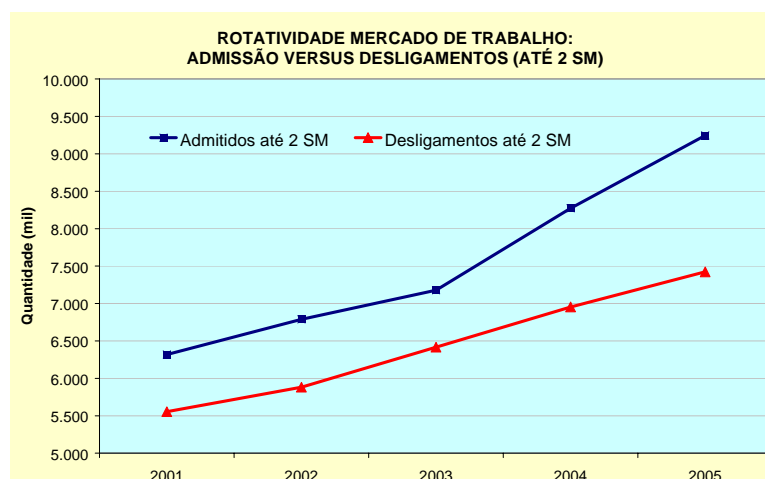
crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que tem sido da ordem de 10%-15%, nos últimos anos. O programa tem alcançado crescente cobertura da população portadora de deficiência, refletida no crescimento próximo a 10% do número de benefícios médios, que já ultrapassa 1,2 milhões ao mês.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2006						
	Total LOAS	Varição em relação ao mês do ano anterior	Idoso	Varição em relação ao mês do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação ao mês do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
fev/05	2.093.561		953.724		1.139.837	
fev/06	2.315.477	11%	1.086.780	14%	1.228.697	10%

As despesas do FAT também apresentaram crescimento significativo (32,6%), em parte explicado pelos pagamentos excepcionais em janeiro, tendo atingido R\$ 1,5 bilhão nos dois primeiros meses de 2006. Em termos de tendências, destaca-se a evolução do número de abonos salariais concedidos e da despesa com seguro-desemprego, não obstante o aumento do emprego e queda do desemprego nos principais centros urbanos. O número de trabalhadores com direito a abono salarial aumentou de 7,3 milhões em 2000/2001 para 9,6 milhões em 2004/2005 (31,2%), o que é explicado pelo aumento generalizado do emprego e pelo aumento do valor real do salário mínimo no período, que aumentou a proporção da força de trabalho formal com remuneração até 2 salários mínimos, que é o teto para o recebimento do benefício. Dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) mostram que 46,6% da força de trabalho formal recebiam até esse teto em 2004.



O comportamento recente dos gastos com seguro-desemprego decorre ainda da alta rotatividade do emprego no Brasil, assim como de um conjunto de medidas para facilitar o acesso a esse benefício. Nessas incluem-se a ampliação do número de postos de atendimento, estabelecimento de convênios com prefeituras para a recepção de pedidos do benefício, realização de eventos voltados para esclarecimentos junto a sindicatos e associações de trabalhadores, e disseminação do Cartão Cidadão, que permite o saque do benefício em qualquer localidade. A rotatividade implica que, não obstante o aumento de 11,8% das contratações na faixa salarial até 2 salários mínimos (972,8 mil) nos últimos 12 meses, houve também crescimento dos desligamentos de 469,6 mil (6,8%), que podem dar direito ao seguro desemprego.



OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL - JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Sentenças Judiciais	9,6	755,6
Legislativo/Judiciário	520,8	641,3
Crédito Extraordinário	71,8	187,7
Projeto Piloto de Investimento	-	175,7
Outras Obrigatórias/1	109,2	77,9
Discricionárias/2	9.658,9	10.077,4
d/q Ministério da Saúde	5.075,4	5.512,1
Min. da Integração Nacional	56,7	151,1
Min. da Justiça	111,3	204,8
Min. da Educação	759,4	844,8
Min. do Desen. Social	1.035,4	1.089,1
Min. da Defesa	407,6	380,3
Min. dos Transportes	279,1	237,5
Min. Ciência e Tecnologia	289,4	236,0
Min. Previdência social	198,8	45,6
Demais	1.445,6	1.376,1
Total	10.370,3	11.915,5

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.

/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT.

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, verificou-se incremento de R\$ 1,5 bilhão em relação ao primeiro bimestre do ano anterior. Desse crescimento devem-se distinguir despesas antecipadas ou extraordinárias das tendenciais ou ordinárias. Houve, por exemplo, a antecipação de algumas despesas com sentenças judiciais de custeio e capital, que atingiram no primeiro bimestre de 2006 R\$ 746,0 milhões, enquanto a concentração desses pagamentos em 2005 deu-se em março (R\$ 585,0 milhões). Por outro lado, as despesas com o funcionamento do Legislativo e Judiciário cresceram R\$ 120,4 milhões (23,1%), valor um pouco menor que o crescimento das despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), as quais totalizaram R\$ 175,7 milhões em 2006, sem contrapartida no ano anterior. As despesas ditas discricionárias cresceram R\$ 418,5 milhões (4,3%), dos quais R\$ 436,6 milhões corresponderam à despesa com o Ministério da Saúde. Houve também crescimento significativo com Ministérios da Integração Nacional (R\$ 94,4 milhões), Justiça (R\$ 93,5 milhões) e da Educação (R\$ 85,3 milhões), compensado pelo menor dinamismo em outros órgãos.

Com relação à execução de restos a pagar (RP) nos dois primeiros meses do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 2,7 bilhões, 18,2% a mais que no mesmo período do ano anterior. Foram pagos 15,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até fevereiro, R\$ 957,0 milhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 7,8% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se nos Ministérios de Transportes (R\$ 278,4 milhões) e da Saúde (R\$ 181,4 milhões).

Foram pagos, em fevereiro, 18,2% do total de restos a pagar (RP) inscritos.

A Previdência Social (RGPS) registrou em fevereiro déficit primário de R\$ 2,4 bilhões, R\$ 2,4 bilhões abaixo do verificado no mês anterior. Os principais fatores explicativos para essa diminuição são: i) elevação na arrecadação líquida, devido à redução nas transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros); e ii) diminuição das despesas com benefícios previdenciários, especialmente por conta do significativo pagamento de precatórios no mês de janeiro. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 7,3 bilhões, contra R\$ 6,2 bilhões observados em 2005.

Previdência Social

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	JAN-FEV	
	2006	2006	2005	2006
I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA	8.203,7	9.318,6	15.418,0	17.522,3
Arrecadação Bruta	9.468,5	10.051,6	17.077,0	19.520,1
- Contribuição Previdenciária	8.722,2	9.115,6	15.611,5	17.837,8
- Simples	581,9	521,7	841,5	1.103,6
- CFT	76,6	72,3	117,9	148,9
- Depósitos Judiciais	41,3	304,6	396,7	346,0
- Refis	26,9	21,8	68,4	48,6
- Outras Receitas	19,6	15,7	41,1	35,3
(-) Restituição/Devolução	-14,1	-25,5	-30,7	-39,6
(-) Transferências a Terceiros	-1.250,7	-707,5	-1.628,4	-1.958,2
II. BENEFÍCIOS	13.047,8	11.759,4	21.666,9	24.807,2
Benefícios Previdenciários	13.047,8	11.759,4	21.666,9	24.807,2
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-4.844,1	-2.440,8	-6.248,9	-7.284,9
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-2,14%	-2,27%

Em fevereiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,4 bilhões. Com isso, o déficit no bimestre atingiu R\$ 7,3 bilhões.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 9,3 bilhões em fevereiro, representando aumento de 13,6% frente aos ingressos líquidos de janeiro. Tal acréscimo refletiu a diminuição, em fevereiro, de R\$ 543,3 milhões (43,4%) nas transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros) em virtude do repasse das contribuições sobre o 13º salário ocorrida em janeiro, afetando positivamente a arrecadação líquida, e recolhimento atípico de R\$ 241,0 milhões de depósitos judiciais ocorrida no mês de fevereiro. Por seu turno, a diminuição

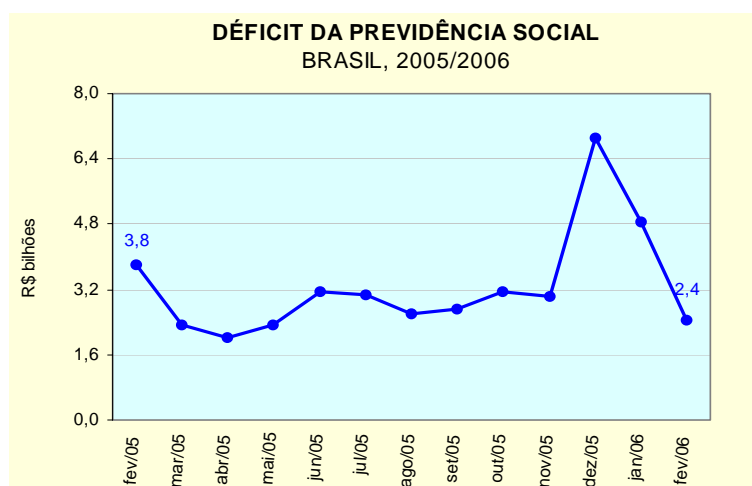
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-FEV (R\$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	15,4	17,5	13,6%
Benefícios	21,7	24,8	14,5%
Resultado Primário	-6,2	-7,3	16,6%

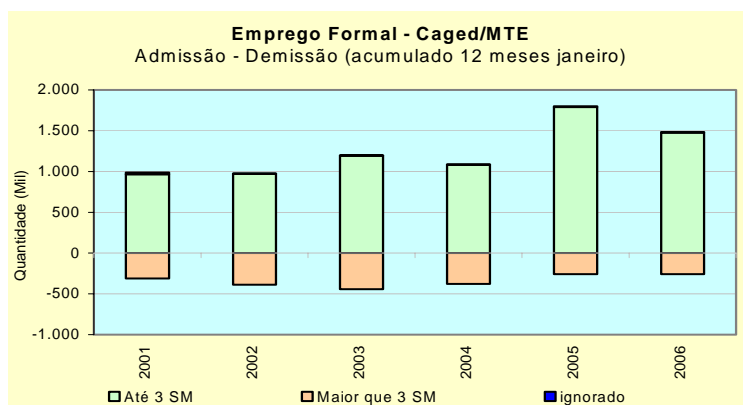
de R\$ 1,3 bilhão nas despesas previdenciárias foi causada, principalmente, pelo retorno aos níveis anteriores nos gastos com sentenças judiciais, que tiveram uma concentração do pagamento dos precatórios no mês de janeiro, passando de R\$ 1,5 bilhão, naquele mês, para R\$ 333,2 milhões, em fevereiro.

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu 13,6% (R\$ 2,1 bilhões), enquanto que a despesa com benefícios previdenciários aumentou 14,5% (R\$ 3,1 bilhões). Com isso, a necessidade de financiamento do RGPS apresentou acréscimo de 16,6% (R\$ 1,0 bilhão). Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,19 ponto percentual em relação ao primeiro bimestre do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,33 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS situou-se 0,14 ponto percentual acima do observado em 2005, atingindo 2,27% do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,28%	5,47%
Benefícios	7,42%	7,75%
Resultado Primário	-2,14%	-2,27%



Ressalta-se o comportamento do emprego no setor formal, que mantém sua tendência de expansão, contribuindo para o aumento da receita previdenciária. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram gerados 87 mil novos empregos no mês de janeiro de 2006 e 1.225 mil no acumulado dos últimos 12 meses. Assinala-se a estabilização da perda de empregos com salários acima de 3 salários mínimos em níveis históricos relativamente baixo, não obstante a tendência de desenvolvimento de novas relações de trabalho para as remuneração mais altas, indicando uma maior dinâmica de emprego também nos segmentos de renda mais alta.



Em relação às despesas com benefícios previdenciários, houve aumento de R\$ 3,1 bilhões, representando incremento de 14,5% em virtude do crescimento de: i) 5,6% no valor médio dos benefícios pagos pelo RGPS, com reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento de parte daqueles benefícios com valores acima do piso; e ii) 656,4 mil na quantidade média mensal de benefícios do RGPS pagos, equivalente a cerca de 3,2% no estoque. Destaca-se ainda, o comportamento verificado com o pagamento de sentenças judiciais no montante de R\$ 1,8 bilhão no primeiro bimestre de 2006, frente a um gasto de R\$ 1,4 bilhão no mesmo período de 2005, representando crescimento de 30,2%.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-FEV			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,1	24,0	3,6%
Quantidade RGPS*	20,5	21,1	3,2%
Valor médio Total**	445,1	472,1	6,1%
Valor médio RGPS**	468,3	494,4	5,6%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Ressalta-se o contínuo crescimento com o pagamento de sentenças judiciais ocorrido nos últimos anos, principalmente com as requisições de pequeno valor advindas dos juizados especiais federais, concentradas nas causas de revisões de benefícios relacionadas a ORTN, ao Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM e à majoração das cotas de pensão. Esses pagamentos contribuíram de forma decisiva para o aumento dos gastos com benefícios previdenciários que, excluídas essas variações, teriam crescido 13,4% na comparação do primeiro bimestre de 2006 com igual período do ano anterior, contra os 14,5% do total da despesa com benefícios.

Período	R\$ Milhões			Var. percentual em relação ano anterior		INPC* (%)
	Sentença Judicial Benefício	Benefício Previdenciário	Benefício Previdenciário exklusive Sentença	Benefício Previdenciário	Benefício Previdenciário exklusive Sentença	
2001	497	75.328	74.831			6,27
2002	649	88.027	87.378	16,86	16,77	9,72
2003	1.276	107.135	105.859	21,71	21,15	18,54
2004	3.230	125.751	122.521	17,38	15,74	7,06
2005	4.358	146.010	141.653	16,11	15,61	6,61
jan-fev/05	1.411	21.667	20.256			
jan-fev/06	1.837	24.807	22.970	14,49	13,40	

* 2001 - acumulado de abr/00 a mar/01; 2002 - acumulado de abr/01 a mar/02; 2003 - acumulado de abr/02 a mar/03; 2004 - acumulado de abr/03 a abr/04; e 2005 - acumulado de mai/04 a abr/05.

O crescimento do número de benefícios pagos no primeiro bimestre de 2006 contra o mesmo período de 2005 correspondeu a variações no estoque de 464,4 mil aposentadorias (3,7%), 221,5 mil de LOAS (10,6%), 155,5 mil pensões por morte (2,8%), e 43,3 mil benefícios de auxílio-doença (3,2%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

	Em mil benefícios			
	JAN	FEV	MÉDIA JAN-FEV	
	2006	2006	2005	2006
TOTAL	23.946	23.962	23.129	23.954
Benefícios do RGPS	21.128	21.130	20.473	21.129
Previdenciários	20.377	20.384	19.719	20.381
Aposentadorias	13.092	13.120	12.642	13.106
Idade	6.699	6.713	6.470	6.706
Invalidez	2.687	2.695	2.534	2.691
Tempo de contribuição	3.706	3.711	3.637	3.709
Pensão por morte	5.789	5.804	5.641	5.797
Auxílio-Doença	1.424	1.390	1.364	1.407
Salário - maternidade	40	37	46	38
Outros	32	33	27	33
Acidentários	751	746	754	749
Aposentadorias	144	145	137	144
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	120	115	129	117
Auxílio - acidente	268	268	266	268
Auxílio - suplementar	89	89	91	89
Assistenciais	2.809	2.823	2.647	2.816
Amparos Assistenciais - LOAS	2.298	2.315	2.085	2.307
Idoso	1.076	1.087	948	1.082
Portador de deficiência	1.221	1.229	1.137	1.225
Pensões mensais vitalícias	17	17	17	17
Rendas mensais vitalícias	494	491	545	492
Idade	156	154	178	155
Invalidez	338	336	366	337
Encargos Previdenciários da União (EPU)	9	9	10	9

AUXÍLIO-DOENÇA		
	CONCEDIDOS (fluxo)	
	Quantidade	Varição em relação ao ano anterior
acumulado 2002	1.288.270	62,3%
acumulado 2003	1.371.221	6,4%
acumulado 2004	1.725.001	25,8%
acumulado 2005	1.860.695	7,9%
acumulado 1º bimestre 2005	249.748	
acumulado 1º bimestre 2006	323.898	29,7%

A desaceleração no crescimento do número de beneficiários do auxílio-doença deve-se primordialmente ao final programado dos benefícios após certo número de meses de sua concessão (Orientação Interna INSS/Dirben nº. 130, Cobertura Previdenciária Estimada – Copes), e não da redução do número de novos benefícios concedidos, o qual cresceu em quase 30% no primeiro bimestre de 2006 em relação a período equivalente em 2005.

Em fevereiro, a Dívida Pública Federal registrou os primeiros efeitos de diversas medidas tomadas nos últimos meses, com forte emissão de títulos de longo prazo indexados ao IPCA, a taxas declinantes, assim como crescente mudança no prazo e composição da dívida externa como consequência dos programas de recompra dessa dívida e a emissão de títulos soberanos com prazos cada vez mais longos. No mês, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 543,8 bilhões, o equivalente a 27,7% do PIB, superior em 0,7 ponto percentual comparativamente ao mês anterior. A emissão líquida de títulos da DPMFi no mês atingiu R\$ 14,8 bilhões, destacando-se as emissões líquidas de NTN-B e LTN (R\$ 17,2 e R\$ 13,2 bilhões, respectivamente) e o resgate líquido de LFT (R\$ 16,1 bilhões). Com isso, os títulos indexados a índices de preços e os prefixados tiveram sua participação na DPMFi elevada em 1,33 e 1,19 ponto percentual, respectivamente, com redução de 2,34 pontos na participação dos títulos atrelados à taxa Selic. O prazo médio da DPMFi aumentou em 0,77 mês e a vida média em 2,17 meses. A Dívida Externa Líquida reduziu-se em R\$ 10,4 bilhões, o equivalente a 0,6 ponto percentual do PIB, em decorrência dos resgates antecipados de títulos com vencimento até 2010, que resultou no cancelamento de R\$ 3,8 bilhões, e do efeito da apreciação cambial no mês. O pagamento antecipado ao Clube de Paris também contribuiu para a modificação na composição da dívida externa, com aumento da participação da dívida mobiliária externa.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em fevereiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 543,8 bilhões, sendo R\$ 391,6 bilhões referentes à parcela interna e R\$ 152,2 bilhões à parcela externa. Comparativamente a janeiro, houve elevação de R\$ 18,5 bilhões, devido, principalmente, à emissão líquida de títulos da dívida interna, não obstante a redução da dívida externa líquida decorrente da apreciação cambial e da redução do estoque em dólar. Em relação ao PIB, a dívida líquida marcou 27,7%, aumento de 0,7 ponto percentual na comparação com janeiro.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005 FEV	2006 JAN	2006 FEV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	233.655	362.642	391.599
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	835.429	982.866	1.009.079
Dívida Contratual da STN	-447.056	-452.621	-450.425
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-154.717	-167.603	-167.055
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	198.301	162.658	152.210
Dívida Mobiliária em Poder do Público	160.961	134.384	126.618
Títulos Depositados em Garantia	-3.697	-3.292	-3.209
Dívida Contratual	41.499	31.889	29.145
Disponibilidades	-461	-323	-344
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	431.957	525.300	543.809
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,0%	27,0%	27,7%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 543,8 bilhões em fevereiro, equivalentes a 27,7% do PIB.

Dívida Interna Líquida

O valor da dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado alcançou R\$ 391,6 bilhões em fevereiro, equivalentes a 20,0% do PIB acumulado em 12 meses, percentual esse superior em 1,4 ponto ao observado em janeiro. Essa elevação deveu-se, principalmente, à emissão líquida de títulos em mercado e à incorporação por competência dos juros nominais sobre a dívida mobiliária interna.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006	
	FEV	JAN	FEV	JAN
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	233.655	362.642	391.599	
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	835.429	982.866	1.009.079	
LFT	478.955	478.615	467.995	
LTN	169.564	253.193	269.681	
NTN-B	26.715	112.268	131.444	
NTN-C	79.010	66.132	65.940	
NTN-D	6.177	4.913	4.570	
Demais	46.967	46.558	48.180	
Dívida Securitizada	25.391	17.755	17.843	
TDA	2.650	3.432	3.425	
DÍVIDA CONTRATUAL	-601.773	-620.224	-617.480	
<i>Tesouro Nacional</i>	-447.056	-452.621	-450.425	
Dívida Bancária	25.047	24.713	24.660	
Lei nº 7.976/89	-7.439	-5.484	-5.303	
Lei nº 8.727/93	-48.070	-47.628	-47.609	
Lei nº 9.496/97	-243.888	-251.715	-253.924	
Renegociação Dívida Municipais	-36.533	-38.250	-38.780	
Demais Haveres da STN	-136.172	-134.257	-129.469	
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-154.717	-167.603	-167.055	
FAT	-107.193	-120.339	-119.585	
Demais Entidades	-47.524	-47.264	-47.470	
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	46,5%	50,5%	51,5%	
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-33,5%	-31,8%	-31,5%	
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-24,9%	-23,2%	-23,0%	
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	13,0%	18,6%	20,0%	

Em fevereiro, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 391,6 bilhões.

Emissões e Resgates

Em fevereiro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 40,0 bilhões, dentre ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Por sua vez, os resgates alcançaram R\$ 25,2 bilhões, resultando em emissões líquidas da ordem de R\$ 14,8 bilhões.

Em fevereiro, houve emissão líquida da DPMFi no montante de R\$ 14,8 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 39,7 bilhões, sendo: i) R\$ 21,1 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2007, 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; ii) R\$ 16,0 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2006, julho e outubro de 2007 e janeiro e julho de 2008; iii) R\$ 2,4 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de

2010 e 2012; e iv) R\$ 335,6 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 189,9 milhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 90,8 milhões em CFT-E1 para o Fies; ii) R\$ 53,3 milhões em CVS para novação de dívidas; iii) R\$ 35,1 milhões em NTN-B para securitização de dívidas da União; e iv) R\$ 9,9 milhões em NTN-I para o Proex.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, FEV/2006

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	39.717,4	189,9	77,0	39.984,3
LFT	0,0	0,0	10,5	10,5
LTN	15.957,9	0,0	15,5	15.973,4
NTN-B	21.063,4	35,1	30,6	21.129,0
NTN-C	335,6	0,0	18,3	353,9
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	2.360,5	0,0	2,2	2.362,6
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	53,3	0,0	53,3
Demais	0,0	101,6	0,0	101,6
II. RESGATES**	21.344,4	3.808,7	20,4	25.173,6
LFT	13.413,8	2.717,7	4,5	16.136,0
LTN	2.794,4	0,0	6,2	2.800,6
NTN-B	3.951,5	5,1	5,9	3.962,5
NTN-C	1.114,9	0,0	3,3	1.118,2
NTN-D	0,0	214,0	0,0	214,0
NTN-F	69,9	0,0	0,5	70,3
TDA	0,0	21,1	0,0	21,1
Securitizada*	0,0	79,0	0,0	79,0
Demais	0,0	771,7	0,0	771,7
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	18.373,0	-3.618,8	56,5	14.810,8

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em fevereiro, o programa Tesouro Direto alcançou R\$ 77,0 milhões em vendas. Em relação ao mesmo período de 2005, observou-se aumento de 53,9% no montante vendido.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram as NTN-C, representando 23,8% do montante vendido, seguidos pelas NTN-B Principal (20,8%) e pelas LTN (20,1%). O montante vendido de NTN-C e NTN-B Principal, R\$ 18,3 milhões e R\$ 16,0 milhões, respectivamente, constituíram recordes mensais desde o início do programa em janeiro de 2002.

No mês, ocorreu o cadastro de 1.909 novos investidores no programa Tesouro Direto, o que representou um aumento de 36,2% em relação ao mesmo período do ano passado. Destaca-se que o número de investidores cadastrados no programa atingiu 53.577 pessoas.

Em fevereiro, as emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 77,0 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 30,6 milhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2007, 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; ii) R\$ 18,3 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; iii) R\$ 15,5 milhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2006, janeiro, abril, julho e outubro de 2007 e janeiro e julho de 2008; iv) R\$ 10,5 milhões em LFT, com vencimentos em março de 2009 e 2010; e v) R\$ 2,2 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008 e 2010.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados atingiu R\$ 25,2 bilhões, sendo R\$ 13,9 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 11,3 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 7,5 bilhões em LFT, R\$ 2,3 bilhões de NTN-B, R\$ 687,3 milhões em NTN-C, R\$ 380,3 milhões em CFT-A e R\$ 9,1 milhões de TDA, todos aceitos nos leilões de NTN-B; ii) R\$ 69,9 milhões em NTN-F, aceitas no leilão de troca de LTN; e iii) R\$ 420,2 milhões em NTN-C aceitos nos leilões de NTN-C de prazos mais longos.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se redução na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 2,34 pontos percentuais, em função do resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 16,1 bilhões, e aumento na participação dos títulos com rentabilidade prefixada (1,19 ponto percentual), em função da emissão líquida de LTN, no valor de R\$ 13,2 bilhões. Os títulos remunerados por índice de preços apresentaram aumento de 1,33 ponto percentual, devido a emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 17,2 bilhões.

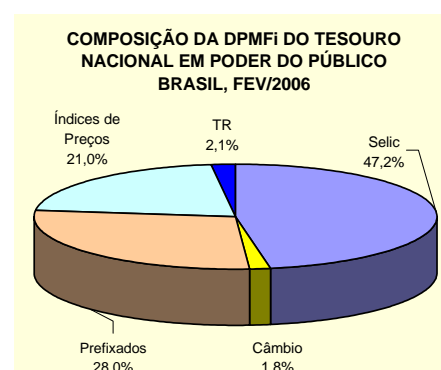
A participação na DPMFi de títulos remunerados pela taxa Selic reduziu-se em 2,34 pontos percentuais, acompanhada de aumento da parcela daqueles remunerados por índices de preços (1,33) e dos prefixados (1,19).

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2005/2006

INDEXADOR	2005			2006	
				FEV	JAN
	FEV	JAN	FEV	FEV	FEV
Selic	58,91	49,50	47,16		
Câmbio	2,68	1,88	1,76		
Prefixados	20,93	26,82	28,01		
Índices de Preços	14,84	19,67	21,00		
TR	2,64	2,13	2,08		

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



Boxe 2 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em linha com as diretrizes de administração da dívida pública e visando fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de fevereiro, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

O montante emitido de NTN-C, em fevereiro, foi de R\$ 335,6 milhões. No leilão realizado nos dias 30 e 31 de janeiro, com liquidação financeira no dia 1º de fevereiro de 2006, foram ofertados títulos com vencimentos em 2017, 2021 e 2031, sendo que as taxas de venda desses títulos foram de 8,36% a.a., 8,40% a.a. e 8,45% a.a., respectivamente. Neste leilão, 94,9% (R\$ 318,6 milhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 5,1% (R\$ 17 milhões) em dinheiro.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido em fevereiro foi de R\$ 21,1 bilhões. No leilão realizado nos dias 7 e 8 de fevereiro, com liquidação financeira no dia 9 de fevereiro de 2006, foram emitidos R\$ 7,8 bilhões. Desse montante 54,5% (R\$ 4,3 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 45,5% (R\$ 3,6 bilhões) em dinheiro. Os títulos mais demandados foram aqueles com vencimento em 2010, representando 67,5%

do total vendido e saindo à taxa de 9,84% a.a.. Os títulos com vencimento em 2007, 2008 e 2009 foram vendidos às taxas de 10,45% a.a., 10,14% a.a. e 9,95% a.a., respectivamente. Destaque para o prazo médio da emissão das NTN-B, com 82,76% dos títulos emitidos a vencer em 4 anos ou mais.

O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 13 e 14 de fevereiro com liquidação financeira em 15. O montante vendido foi de R\$ 10,3 bilhões, sendo que 61,7% (R\$ 6,3 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 38,3% (R\$ 3,9 bilhões) em dinheiro. Destaca-se que a NTN-B com vencimento em 2045 foi o título mais demandado, saindo à taxa de 8,35% a.a.. As NTN-B com vencimento em 2009, 2010, 2015 e 2024 foram vendidas às taxas de 9,59% a.a., 9,48% a.a., 8,50% a.a. e 8,35% a.a., respectivamente. Os títulos com vencimentos em 2007 e 2008 não tiveram proposta aceita.

No terceiro leilão de NTN-B, realizado nos dias 21 e 22 de fevereiro, com liquidação financeira em 23 de fevereiro, foram vendidos R\$ 3,0 bilhões. Desse total, 96,2% (R\$ 2,9 bilhões) foram recebidos em dinheiro e 3,8% (R\$ 113,8 milhões) em troca por outros títulos. Assim como no primeiro leilão do mês, o título com vencimento em 2010 foi o mais demandado, saindo à taxa de 9,15%. O título com vencimento em 2009 foi vendido à taxa de 9,40% a.a., enquanto os títulos com vencimento em 2007, 2008 não tiveram proposta aceita.

O custo médio da DPMFi em poder do público reduziu de 16,40% a.a., em janeiro, para 15,40% a.a., em fevereiro, devido a: i) diminuição da taxa Selic (1,15% em fevereiro contra 1,43% em janeiro), reduzindo o custo médio da LFT em 0,37 ponto percentual; ii) menor variação do IPCA (0,41% em fevereiro contra 0,59% em janeiro); iii) menor variação do IGP-M (0,01% em fevereiro contra 0,92% em janeiro); e iv) apreciação de 3,63% do real frente ao dólar americano em relação ao mês anterior. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também reduziu, passando de 18,06% a.a., em janeiro, para 16,68% a.a., em fevereiro.

Custo Médio

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

(% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2005		
Fev	17,34	16,51
Mar	18,71	19,37
Abr	18,20	16,71
Mai	17,03	15,04
Jun	16,74	15,81
Jul	16,91	17,22
Ago	16,51	15,96
Set	16,64	14,58
Out	18,74	18,94
Nov	18,55	17,69
Dez	17,51	18,85
2006		
Jan	18,06	16,40
Fev	16,68	15,40

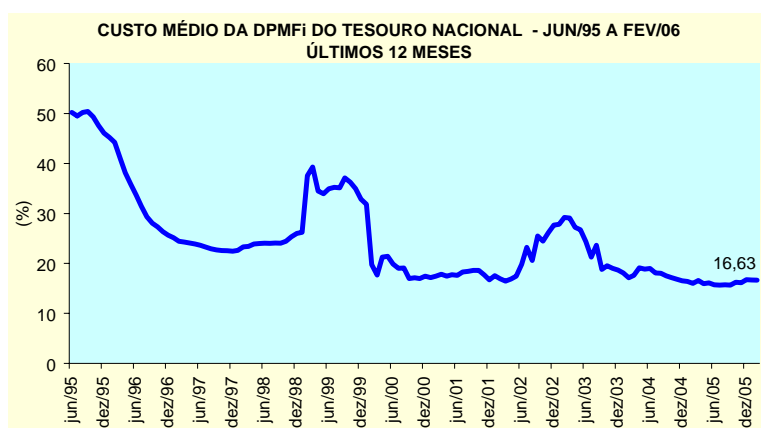
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Em fevereiro o custo médio da DPMFi reduziu-se em 1,0 ponto percentual. Excluindo-se os títulos cambiais, a redução foi ainda maior, da ordem de 1,4 ponto percentual.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi passou de 16,67% a.a., em janeiro, para 16,63% a.a., em fevereiro, em função das

reduções da taxa Selic e da inflação medida pelo IPCA e pelo IGP-M (1,15%, 0,41% e 0,01% em fevereiro contra 1,22%, 0,59% e 0,30% no mesmo mês do ano anterior, respectivamente) e da maior desvalorização do dólar americano frente ao real (3,63% em fevereiro contra 1,14% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 16,63% a.a., apresentando redução de 0,04 ponto percentual em relação ao mês anterior.



Prazo Médio

Em comparação com janeiro, o prazo médio da DPMFi em poder do público aumentou 0,78 mês.

Em fevereiro, o prazo médio da DPMFi apresentou aumento de 0,78 mês, passando de 28,89 meses para 29,67 meses, devido, principalmente, à emissão de NTN-B, LTN e NTN-C com prazos médios (169,91 meses, 19,56 meses e 298,09 meses, respectivamente) superiores ao do estoque em janeiro (53,45 meses, 10,81 meses e 79,76 meses, respectivamente). A vida média da DPMFi também elevou-se, alcançando 43,67 meses em fevereiro, contra 41,50 meses no mês anterior.

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOUREIRO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

TÍTULOS	Meses		
	2005		2006
	FEV	JAN	FEV
LTN	5,62	10,81	19,12
LFT	18,06	19,35	10,67
NTN-B	105,23	53,45	58,63
NTN-C	68,15	79,76	80,10
NTN-D	19,49	11,16	10,87
TDA	65,80	63,28	62,63
Dívida Securitizada*	78,13	87,94	87,35
Demais	92,97	82,28	79,31
TOTAL	28,32	28,89	29,67

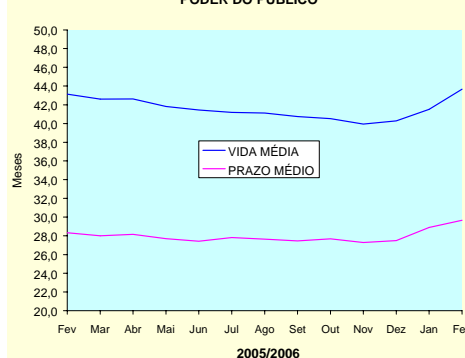
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOUREIRO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

PERÍODO		VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
			TOTAL	OF. PUB. (3)
			Meses	
2005	Fev	43,14	28,32	21,26
	Mar	42,60	28,01	21,10
	Abr	42,62	28,16	21,50
	Mai	41,83	27,69	21,16
	Jun	41,44	27,42	21,01
	Jul	41,19	27,81	21,59
	Ago	41,13	27,65	21,43
	Set	40,75	27,46	21,43
	Out	40,52	27,67	21,87
	Nov	39,93	27,28	21,65
	Dez	40,28	27,49	21,90
	2006	Jan	41,50	28,89
Fev		43,67	29,67	24,59

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOUREIRO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de fevereiro em R\$ 152,2 bilhões, com queda de R\$ 10,4 bilhões em relação ao mês anterior (6,4%). Essa redução ocorreu devido à diminuição do estoque em dólares e da valorização da moeda nacional em relação ao dólar americano, de 3,63%. Na moeda norte-americana, o saldo sofreu um decréscimo de US\$ 2,1 bilhões, resultado da continuidade do Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira e do pré-pagamento de obrigações junto ao Clube de Paris.

Dívida Externa Líquida

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005 FEV	2006 JAN	2006 FEV
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	160.961	134.384	126.618
Bônus de Renegociação	37.500	15.796	14.835
Bônus de Captação	123.461	118.588	111.783
II. DÍVIDA CONTRATUAL	41.499	31.889	29.145
Organismos Multilaterais	23.997	21.171	20.405
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.193	6.806	6.552
Clube de Paris	9.309	3.912	2.189
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	202.459	166.272	155.764
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.697	-3.292	-3.209
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-461	-323	-344
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	198.301	162.658	152.210
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	11,0%	8,4%	7,8%

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 10,4 bilhões.

O serviço da DPFe, em fevereiro, totalizou R\$ 7,0 bilhões, dos quais R\$ 2,0 bilhões referem-se ao pagamento de juros e encargos - a maior parte referente à dívida mobiliária - e R\$ 5,0 bilhões ao pagamento de principal.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, FEV/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	4.955,7	2.031,9	6.987,6
I.1. Organismos Multilaterais	84,4	81,5	165,9
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	36,9	12,5	49,4
I.3. Clube de Paris	1.527,5	13,5	1.541,0
I.4. Dívida Mobiliária	3.306,9	1.924,4	5.231,3
BEA/Bradies - Recompra Bacen	384,4	4,0	388,4
Euro 2006 - Recompra Bacen	55,6	5,3	60,9
Euro 2007 - Recompra Bacen	214,9	27,9	242,8
Euro 2010 - Recompra Bacen	126,3	30,2	156,6
Euro 2010	0,0	221,7	221,7
Euro 2015	0,0	101,0	101,0
EuroMarco 2007 - Rec. Bacen	12,9	1,6	14,5
EuroMarco 2007	0,0	104,2	104,2
Global 2007 - Recompra Bacen	788,8	63,1	851,9
Global 2008 - Recompra Bacen	636,3	105,7	742,0
Global 2009 - Recompra Bacen	669,7	201,6	871,3
Global 2010 - Recompra Bacen	417,9	94,5	512,5
Global 2011	0,0	138,8	138,8
Global 2025	0,0	218,6	218,6
Global 2040	0,0	606,3	606,3

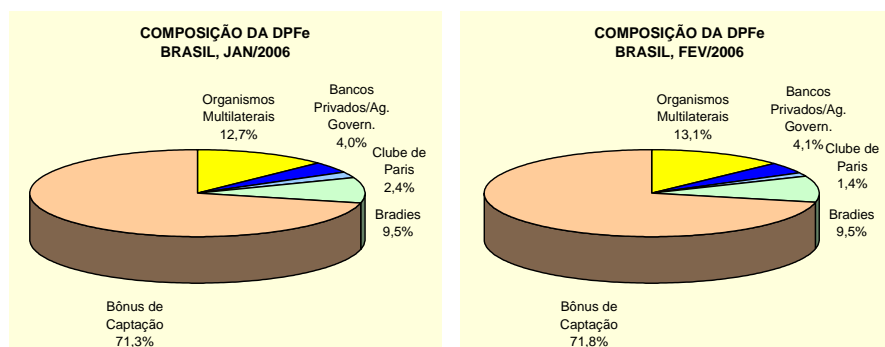
As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 7,0 bilhões no mês.

Nesse mês, houve a intensificação dos pagamentos no âmbito do programa de recompra antecipada de títulos da DPMFe, que totalizou R\$ 3,8 bilhões, contra R\$ 1.9 bilhão em janeiro, e pré-pagamentos referentes ao Clube de Paris, os quais totalizaram R\$ 1,5 bilhão.

Composição

Em relação à composição da DPFfe, ocorreu redução significativa da participação do Clube de Paris, em virtude do pré-pagamento efetuado a algumas Agências, pelo Governo Brasileiro. Assim, houve aumento percentual na composição dos Bônus de Captação, a despeito do Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa, e na participação dos Organismos Multilaterais e de Bancos Privados/Agências Governamentais.

Em fevereiro, a principal mudança na composição da DPFfe foi a redução da participação dos passivos no âmbito do Clube de Paris, em função dos pré-pagamentos ocorridos nesse mês.



Prazo e Custo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu acréscimo em relação a janeiro, passando de 6,55 para 6,66 anos, devido ao aumento do prazo médio dos Bônus de Captação, como decorrência da emissão do *Euro 2015* e de cancelamentos referentes ao Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa, concentrado em títulos de curto e médio prazos. Já a vida média passou de 12,90 anos em janeiro para 13,07 anos em fevereiro.

O custo médio, em dólares, sofreu decréscimo, passando de 9,35% a.a., em janeiro, para 9,23% a.a., em fevereiro. Essa redução está associada à reabertura do *Euro 2015*, com 2,15% a.a. de redução de *yield*, e ao programa de recompra de títulos soberanos.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006	
	FEV	JAN	JAN	FEV
PRAZO MÉDIO (1)	5,87		6,55	6,66
Bônus de Renegociação	5,35		5,96	5,85
Bônus de Captação	6,02		6,63	6,77
Globais	7,06		7,39	7,55
Euros	3,17		3,66	3,88
Demais	1,93		1,07	1,01
VIDA MÉDIA (2)	11,63		12,90	13,07
Bônus de Renegociação	9,74		10,16	10,03
Bônus de Captação	12,21		13,27	13,47
Globais	14,97		15,26	15,52
Euros	4,77		4,83	5,04
Demais	2,08		1,17	1,08
CUSTO MÉDIO (3)	9,06		9,35	9,23
Bônus de Renegociação	5,47		5,41	5,40
Bônus de Captação	10,15		9,87	9,73
Globais	10,53		10,08	9,91
Euros	9,76		9,93	9,79
Demais	6,08		6,09	6,07

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

Em fevereiro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 6,66 anos. O custo médio, por sua vez, apresentou redução, alcançando 9,23% a.a.

Boxe 3 – Brasil inicia Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal externa - DPMFe

A mais recente medida empreendida pelo Tesouro Nacional para melhorar o perfil do passivo externo brasileiro, é a implementação de um programa de médio prazo de uso de reservas internacionais para recompra de títulos brasileiros em circulação no mercado internacional.

O objetivo do programa é reduzir o fluxo de pagamento de principal e juros da Dívida Pública Mobiliária Federal externa – DPMFe para os próximos anos. Essas ações dão cumprimento às diretrizes de redução do percentual da Dívida Pública Federal – DPF vencendo em 12 meses e da participação da dívida cambial na DPF, definida nos **Planos Anuais de Financiamento** do Tesouro Nacional desde 2003.

O programa tem como alvo preferencial os títulos com vencimento até 2010 e a dívida reestruturada (os chamados bônus “*bradies*”). O cronograma para sua implementação se estende ao menos até dezembro de 2006, e sua gradual efetivação dependerá de condições de mercado a cada momento. Desde o início do programa, em 17 de janeiro de 2006, até 28 de fevereiro, o Tesouro Nacional já cancelou R\$ 5,8 bilhões em títulos, sendo R\$ 3,8 bilhões neste mês.

Em relação ao resgate da dívida reestruturada, o Tesouro Nacional anunciou no dia 23 de fevereiro a intenção de exercer seu direito de resgate antecipado (*call*), ao par, dos bônus *bradies* em mercado. Com essa medida, em 15 de abril de 2006, o Tesouro terá eliminado todos os títulos associados à reestruturação da dívida externa ocorrida em 1994, que apresentam um saldo remanescente de US\$ 6,6 bilhões (posição de 31 de janeiro de 2006). Os recursos para esta operação sairão integralmente das reservas internacionais brasileiras, que se encontram em um patamar elevado devido ao bom desempenho da economia e à elevada liquidez internacional.

Além de proporcionar uma economia referente à despesa de juros, o pagamento antecipado dos *bradies* tem por objetivo suavizar o perfil de vencimentos de curto prazo da dívida externa, bem como reduzir ainda mais a exposição cambial bruta da Dívida Pública Federal. Os títulos da dívida reestruturada tipicamente têm menor liquidez e sua retirada de mercado deverá ter impacto positivo na curva soberana brasileira, com possíveis reflexos também nas emissões das empresas brasileiras no exterior.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Fev/2005	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2006
I. RECEITA TOTAL	35.265,7	38.278,2	42.799,8	36.936,6	40.441,6	40.193,2	39.248,5	36.722,7	41.439,6	39.810,6	55.817,9	45.560,9	38.584,7
I.1. Receitas do Tesouro	27.740,3	29.875,2	34.091,1	28.638,9	31.692,4	31.604,4	30.212,9	27.864,4	32.627,2	30.660,0	40.231,3	37.284,4	29.136,3
I.1.1. Receita Bruta	28.177,4	30.605,9	34.615,1	29.369,7	33.419,6	33.960,3	31.298,3	30.288,1	34.343,8	31.686,2	41.021,4	37.710,8	29.525,5
- Impostos	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8	12.899,3	13.097,6	12.424,5	13.925,0	13.609,0	20.015,8	14.469,0	12.660,8
- Contribuições	13.638,2	14.080,8	14.976,9	14.028,6	14.810,5	16.309,9	15.010,9	15.206,0	15.728,2	15.452,0	16.418,9	17.048,9	14.118,2
- Demais (1)	3.552,5	3.396,4	4.995,1	3.162,8	2.631,3	4.751,1	3.189,9	2.637,6	4.690,6	2.625,2	4.586,7	6.192,9	2.746,6
I.1.2. (-) Restituições	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1	-783,1	-426,4	-389,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1	8.474,5	8.952,4	8.748,2	8.699,0	9.044,1	15.486,6	8.203,7	9.318,6
I.3. Receitas do Banco Central	154,4	166,9	110,4	109,9	160,1	114,3	83,3	110,1	113,3	106,5	100,0	72,8	129,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.699,0	6.209,7	6.557,4	7.996,6	6.648,0	6.463,2	6.751,1	5.401,6	6.330,7	8.216,6	9.266,7	8.434,3	7.274,0
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7	4.652,7	4.822,5	4.058,9	4.685,1	5.818,1	7.625,5	6.441,0	5.536,5
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	361,5	359,3	353,2	359,5	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	430,1	0,0	0,0	453,5	0,0	0,0	452,5	0,0	0,0	446,6	0,0
II.4. Demais	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9	1.012,0	1.563,4	978,8	842,6	2.032,0	824,0	1.099,4	1.737,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	28.566,7	32.068,5	36.242,4	28.939,9	33.793,6	33.730,0	32.497,5	31.321,0	35.108,9	31.593,9	46.551,2	37.126,6	31.310,7
IV. DESPESA TOTAL	26.461,4	25.512,7	23.552,0	26.224,5	27.978,5	28.975,1	28.742,6	28.554,1	29.315,8	30.315,9	50.560,4	33.158,5	27.832,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	7.693,4	6.844,1	6.575,6	6.739,6	7.561,2	8.617,9	7.031,6	7.134,2	6.858,8	8.110,2	10.894,7	10.023,7	8.078,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.169,3	10.573,3	10.611,6	10.530,9	11.735,9	11.561,3	11.560,7	11.461,3	11.836,4	12.071,4	22.400,5	13.047,8	11.759,4
IV.3. Custeio e Capital	7.377,6	7.855,8	6.197,2	8.773,6	8.510,1	8.618,5	9.827,9	9.784,9	10.425,5	10.000,8	17.079,3	9.996,5	7.820,0
IV.3.1. Despesa do FAT	500,8	858,4	671,5	862,2	860,6	1.309,3	1.737,4	1.272,7	1.081,0	1.200,8	930,1	950,9	529,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.357,6	875,9	18,3	424,4	347,7	525,5	349,6	1.001,1	1.531,4	553,7	3.235,2	2.188,9	528,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	692,1	702,6	703,8	712,2	819,6	821,7	826,6	830,3	837,5	840,9	848,3	850,9	852,5
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.827,0	5.418,9	4.803,7	6.774,8	6.482,2	5.962,0	6.914,3	6.680,8	6.975,6	7.405,4	12.065,6	6.005,9	5.909,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	105,6	51,0	51,7	53,7	50,3	49,3	22,7	53,7	55,9	15,9	34,5	1,5	67,0
IV.5. Despesas do Banco Central	115,5	188,6	115,8	126,7	121,0	128,1	299,8	120,0	139,2	117,5	151,5	89,0	107,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	2.105,3	6.555,8	12.690,4	2.715,4	5.815,2	4.754,9	3.754,8	2.766,9	5.793,1	1.278,0	-4.009,2	3.968,1	3.478,3
V.1. Tesouro Nacional	5.864,7	8.914,6	14.709,2	5.075,3	8.922,9	7.855,5	6.579,6	5.490,0	8.956,3	4.316,5	2.956,2	8.828,4	5.897,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1	-2.440,8
V.3. Banco Central (6)	38,9	-21,7	-5,5	-16,8	39,1	-13,8	-216,5	-9,9	-25,8	-11,1	-51,6	-16,3	21,9
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	167,4	200,0	164,2	331,7	168,2	331,2	435,0	209,0	154,0	110,4	0,0	234,7	161,7
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-145,4	449,2	1.453,3	-843,4	76,7	528,7	318,6	-46,2	374,9	-1.042,3	-381,4	-892,3	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	2.127,3	7.205,0	14.307,9	2.203,8	6.060,0	5.614,8	4.508,5	2.929,8	6.321,9	346,1	-4.390,6	3.310,5	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-7.851,2	-10.971,7	-7.014,5	-9.468,5	-13.248,6	-11.733,1	-12.024,2	-13.282,7	-11.479,2	-9.183,7	-8.855,6	-14.853,2	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-5.724,0	-3.766,7	7.293,3	-7.264,7	-7.188,6	-6.118,3	-7.515,8	-10.353,0	-5.157,3	-8.837,6	-13.246,2	-11.542,7	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RMV (4)	140,9	143,0	140,2	139,6	159,0	157,8	156,8	155,4	154,0	152,4	151,1	149,9	148,6

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Fev/2005	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2006
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	38.202,0	40.138,6	38.775,9	41.525,0	41.811,0	38.322,5	41.315,0	38.691,3	38.160,8	44.240,0	62.315,5	33.846,2	42.257,7
I.1 - Recolhimento Bruto	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.823,6	30.828,8	28.092,0	29.680,8	27.513,9	27.085,0	33.041,1	43.897,5	23.205,2	30.739,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.244,3	1.439,5	1.215,4	1.463,7	1.469,9	930,0	1.642,1	1.527,7	1.485,4	1.311,9	1.530,2	1.470,7	1.042,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	348,4	185,0	332,2	219,2	259,3	207,8	221,8	164,4	188,1	107,3	157,8	95,2	71,8
I.5 - Receita do Salário Educação	443,8	268,8	243,5	213,2	176,9	317,4	322,4	356,9	297,4	330,3	346,6	596,8	333,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.998,8	8.756,8	9.242,8	8.768,9	9.056,3	8.724,6	9.374,9	9.078,4	9.101,6	9.446,6	16.323,5	8.423,5	9.952,5
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,2	3,5	10,6	36,4	19,8	50,6	73,0	50,0	3,2	2,8	66,9	54,8	117,7
II. DESPESAS	39.427,8	34.360,0	37.571,1	40.176,4	40.690,7	45.089,0	39.058,8	42.664,6	42.385,6	50.038,4	56.790,7	48.187,0	39.881,8
II.1 - Liberações Vinculadas	8.671,2	7.130,7	8.132,8	9.551,4	8.186,5	7.766,1	8.274,0	6.647,5	7.730,6	10.119,2	10.288,4	10.599,4	7.925,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9	4.958,3	5.136,9	4.321,5	4.989,2	6.555,3	8.103,6	6.864,1	5.900,4
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8	422,2	928,5	1.277,4	450,5	1.007,6	1.481,8	461,3	889,9	1.343,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	361,5	359,3	353,2	712,7	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0
II.1.4 - Outras Vinculações	1.861,0	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1	1.534,3	1.494,5	1.511,6	1.383,4	1.715,5	906,4	2.398,1	681,7
II.2 - Liberações Ordinárias	30.756,7	27.229,3	29.438,4	30.625,0	32.504,2	37.323,0	30.784,8	36.017,1	34.655,0	39.919,2	46.502,3	37.587,6	31.956,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.884,5	7.439,6	7.244,4	7.732,2	9.490,7	7.441,3	7.560,9	7.380,2	7.746,5	11.095,0	9.839,8	11.235,7	8.228,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.665,0	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,6	4.782,0	1.648,4	3.421,9	887,0	160,8	2.951,4	1.412,4	1.931,7
i) Dívida Contratual Interna	114,2	108,8	115,7	105,1	139,5	69,0	110,2	112,6	332,8	112,2	24,2	93,9	115,7
ii) Dívida Contratual Externa	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0	4.713,0	1.538,2	3.309,3	554,2	48,6	2.927,2	1.318,5	1.816,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.366,6	6.747,4	2.836,5	5.519,3	6.494,3	4.513,8	3.260,2	8.806,1	3.509,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0	11.187,2	11.273,4	11.419,1	11.667,7	15.960,5	18.164,9	11.051,3	11.319,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.726,3	6.289,7	5.360,5	6.270,6	6.475,5	6.654,0	7.210,3	7.831,3	7.699,3	7.907,7	11.496,2	4.805,3	6.601,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	521,8	254,6	184,5	537,8	442,7	511,0	255,2	445,2	160,2	281,3	789,8	276,8	366,5
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-1.225,8	5.778,6	1.204,7	1.348,6	1.120,2	-6.766,6	2.256,2	-3.973,3	-4.224,8	-5.798,4	5.524,8	-14.340,9	2.375,9
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	31.205,9	34.568,0	34.870,4	32.459,8	28.540,2	45.796,9	27.870,1	39.005,8	35.339,3	39.448,4	27.466,6	51.235,8	30.904,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7	45.182,0	26.852,7	38.444,5	34.727,6	38.781,0	26.528,7	50.547,0	29.716,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.063,7	559,4	648,9	1.101,4	970,5	614,9	1.017,5	561,3	611,7	667,5	937,9	688,7	1.188,7
V. DESPESAS	22.331,2	17.498,7	37.574,6	24.176,3	25.778,7	41.200,8	30.959,9	30.072,0	31.313,0	18.316,2	18.022,1	40.953,0	15.575,9
V.1 - Amortização da Dívida Interna	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0	39.351,3	27.510,6	26.393,2	31.178,3	18.153,3	15.240,5	36.603,0	10.344,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2	39.253,1	27.393,3	26.281,6	30.930,9	18.043,8	15.035,7	36.512,5	10.226,2
V.1.2 - Dívida Contratual	100,7	103,1	107,7	110,0	125,7	98,1	117,3	111,6	247,5	109,5	204,8	90,5	118,6
V.2 - Amortização da Dívida Externa	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7	1.849,5	3.449,4	3.678,9	134,6	162,9	2.781,6	4.350,0	5.231,1
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	8.103,3	17.020,2	-1.984,1	9.482,2	8.410,5	5.928,9	-540,6	12.163,0	3.796,8	20.737,2	11.493,0	14.034,5	19.489,8
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	6.999,5	26.756,6	-2.548,0	13.339,5	5.902,7	-4.832,2	-1.710,5	8.728,9	-3.197,7	12.307,1	-20.329,7	-1.750,2	20.158,4

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Fev/2005	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2006
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	4.430,6	17.308,8	36.872,5	7.407,4	3.120,9	27.436,6	15.723,2	11.268,4	28.818,7	5.373,2	12.200,9	2.687,9	7.353,6
I.1. Emissão de Títulos	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0	24.823,0	12.123,3	9.397,4	26.309,3	3.046,9	8.450,2	0,0	5.469,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9	2.455,5	3.420,9	1.795,9	2.433,6	2.227,6	3.717,9	2.576,0	1.707,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	35,6	78,9	46,4	127,2	160,0	158,1	178,9	75,2	75,9	98,7	32,8	111,9	176,7
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	5.080,1	13.400,0	37.921,0	3.700,0	1.100,0	30.098,3	16.600,0	7.500,0	31.818,0	8.400,0	47.500,0	380,0	4.900,0
II.1. Resgate de Títulos	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0	27.000,0	15.124,9	6.500,0	28.234,2	6.400,0	41.642,2	0,0	4.000,0
II.2. Encargos da DPMF	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0	3.098,3	1.475,1	1.000,0	3.583,7	2.000,0	5.857,8	380,0	900,0
III. RESULTADO (I - II)	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Fev/2005	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2006
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	32,1	19,4	2,2	35,0	19,4	20,9	1,5	1,5	1,2	15,6	54,1	16,5	17,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	26,3	0,8	0,1	0,2	0,2	177,9	57,3	0,1	0,1	4,2	0,3	106,9	193,5
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	101,0	125,1	29,6	48,4	-2,5	29,0	-49,8	75,6	215,5	154,4	291,4	84,9	50,9
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,5	0,4	0,4
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	90,3	115,1	19,6	18,1	-42,9	7,5	-50,8	44,0	214,5	118,4	243,6	24,4	-7,1
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	10,3	10,0	10,0	30,0	40,1	20,5	0,0	30,5	0,0	35,2	47,3	60,1	57,7
IV. PRONAF	47,7	17,5	5,8	35,4	9,5	156,5	61,1	251,9	-14,6	27,2	219,6	41,2	23,8
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	38,4	18,6	3,0	34,8	16,8	134,1	66,6	263,9	-4,1	50,8	132,7	45,7	33,3
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	9,4	-1,1	2,8	0,5	-7,3	22,4	-5,5	-11,9	-10,5	-23,5	86,9	-4,5	-9,5
V. PROEX	225,0	31,6	-82,4	72,3	136,9	33,0	25,6	55,5	48,8	76,6	124,2	-33,3	24,5
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	187,5	16,9	8,7	54,5	28,3	55,5	34,0	24,1	28,8	23,7	146,7	0,0	10,2
V.2. Concessão de Financiamento (1)	37,5	14,7	-91,1	17,7	108,6	-22,5	-8,4	31,4	20,0	52,9	-22,5	-33,3	14,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	0,0	0,0	0,0	0,0	278,9	12,0	28,1	404,4	92,4	17,9	295,7	78,4	26,8
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	3,9	17,2	22,6	68,8	3,9	2,5	26,9	20,1	90,7	0,0	0,0	0,0	3,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	884,4	11,6	1.803,3	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	9,5	3,1	10,7	6,7	11,3	9,5	97,3	62,3	107,9	81,7	137,5	0,0	51,7
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	219,5	-41,0	-54,9	83,7	-38,3	-53,8	-39,9	-41,0	-53,6	-40,3	95,8	-51,6	-40,0
XII. TOTAL	665,1	173,7	-66,2	350,4	419,4	387,5	208,2	830,6	1.372,9	349,0	3.023,0	243,0	352,3

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Fev/2005	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2006
I. DÍVIDA INTERNA	233.655,4	257.171,1	251.390,6	275.272,1	293.436,8	299.451,6	304.536,3	321.585,6	321.781,7	347.721,4	368.655,4	362.642,1	391.598,8
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9
Dívida Bancária	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3	24.922,5	24.911,2	24.900,7	24.874,5	24.840,5	24.773,2	24.713,3	24.659,7
INSS	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8	-17.495,9
Lei 7.976/89	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3	-5.303,0
Bônus Renegociação	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3	-11.466,7
Lei 8.727/93	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4	-47.609,3
Lei 9.496/97	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6	-253.923,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2	-38.779,7
Recebíveis das Estatais	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5	-36.535,0	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1	-37.850,3	-36.359,1	-36.265,7
Outros	-44.879,1	-45.022,1	-45.225,5	-44.665,6	-44.367,1	-44.085,2	-43.749,8	-43.198,5	-43.140,1	-43.547,3	-43.674,2	-42.744,5	-42.320,4
Fat	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2
Demais Entidades	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-43.318,3	-43.972,2	-44.331,8	-44.894,3	-45.381,3	-45.903,5	-46.479,0	-47.092,7	-47.263,9	-47.469,8
Créditos das Operações Oficiais	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3	-14.023,3
Arrecadação a Recolher	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-6.488,0	-8.863,0	-7.375,0	-7.055,4	-11.370,5	-7.239,0	-22,0	-11.647,0	-7.897,2
II. DÍVIDA EXTERNA	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1
Dívida Mobiliária	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5
Dívida Contratual	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3
Disponibilidades	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	431.956,7	462.314,0	443.572,7	457.015,6	471.402,4	473.453,5	478.052,0	489.648,9	488.099,8	510.998,8	542.447,6	525.299,9	543.808,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	24,0%	25,6%	24,3%	24,9%	25,4%	25,4%	25,4%	25,9%	25,6%	26,6%	28,1%	27,0%	27,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev/2005	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	37.499,7	38.487,3	34.186,4	32.464,4	31.743,2	32.119,3	21.098,8	19.801,3	16.222,4	15.882,0	16.844,2	15.796,1	14.834,8
Brazil Investment Bond (BIB)	723,3	701,8	666,3	632,8	618,7	629,3	622,2	550,6	558,5	546,8	579,9	549,0	529,1
Par Bond (PB)	3.981,1	4.090,3	3.883,4	3.687,8	3.605,8	3.559,6	3.518,4	3.307,8	3.355,6	3.285,2	3.484,2	3.147,9	2.830,7
Discount Bond (DB)	3.400,4	3.493,7	3.316,9	3.149,8	3.079,8	3.074,6	3.036,6	2.857,6	2.898,9	2.838,1	3.010,0	2.849,7	2.746,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.090,6	1.120,6	945,7	898,0	878,1	893,1	883,1	830,2	736,9	721,5	765,2	724,4	659,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.354,0	15.775,3	14.188,9	13.474,2	13.174,8	13.399,6	2.590,8	2.435,7	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	8.597,0	8.832,9	7.827,0	7.432,7	7.267,6	7.391,6	7.308,7	6.871,2	6.472,6	6.336,8	6.720,7	6.362,7	6.034,2
New Money Bond (NMB)	2.432,8	2.499,5	2.109,4	2.003,1	1.958,6	1.992,1	1.969,7	1.851,8	1.643,8	1.609,3	1.706,8	1.615,8	1.508,0
Eligible Interest (EI)	1.920,5	1.973,2	1.248,9	1.186,0	1.159,6	1.179,4	1.166,2	1.096,4	556,1	544,4	577,4	546,7	526,8
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	123.460,9	128.839,8	122.235,2	116.080,1	115.629,7	110.612,1	121.386,6	119.214,7	120.767,2	119.044,0	127.311,7	118.587,5	111.783,4
A-Bond	-	-	-	-	-	-	10.656,9	10.018,9	10.163,7	9.950,4	10.553,2	9.991,0	9.628,1
Euro 2005	4.259,2	4.283,9	4.039,8	3.667,0	3.523,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2006	2.367,0	2.380,7	2.245,1	2.037,9	1.958,0	1.995,0	2.005,5	1.838,2	1.859,0	1.790,5	1.905,1	1.856,8	1.688,8
Euro 2007	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.686,1
Euro 2009	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8
Euro 2010	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.775,0
Euro 2011	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.698,9	2.698,9	2.535,7
Euro 2012	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7
Euro 2015	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	2.028,6
Euro libra 2007	749,0	756,8	725,5	655,9	631,2	630,4	639,3	587,8	598,2	572,8	603,3	592,9	558,8
Euro lira 2017	1.332,5	1.340,3	1.263,9	1.147,3	1.102,3	821,7	1.129,0	1.034,8	1.046,6	1.008,0	1.072,5	1.045,3	982,1
Global 2005	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2006	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	-	-
Global 2007	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	4.844,2	3.873,2
Global 2008	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.073,8	4.248,0
Global 2009	7.136,3	7.332,1	6.961,1	6.610,5	6.463,6	6.573,9	6.500,2	6.111,1	6.199,3	6.069,3	6.436,9	5.849,1	4.961,6
Global 2010	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.382,7	4.765,8
Global 2011	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4
Global 2012	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4
Global 2013	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4
Global 2014	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4
Global 2015	-	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	4.634,7	4.915,5	4.653,6	4.484,6
Global 2019	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	3.324,0	3.203,3
Global 2020	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7	2.216,0	2.135,5
Global 2024	7.719,4	7.931,2	7.529,9	7.150,6	6.991,7	7.111,0	7.031,3	6.610,4	6.705,9	6.565,2	6.962,9	6.591,9	6.352,5
Global 2025	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	5.000,0	5.072,2	4.965,8	5.266,6	4.986,0	4.804,9
Global 2027	9.082,5	9.331,7	8.859,6	8.413,3	8.226,4	8.366,8	8.273,0	7.777,7	7.890,1	7.724,5	8.192,5	7.756,0	7.474,3
Global 2030	4.152,0	4.265,9	4.050,1	3.846,1	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8
Global 2034	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	4.700,8	4.781,0	4.727,4	4.444,4	4.508,6	4.414,0	5.851,8	5.540,0	5.338,8
Global 2037	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.216,0	2.135,5
Global 2040	13.383,2	13.750,4	13.054,7	12.397,1	12.121,7	12.328,6	12.190,3	11.460,6	11.626,1	11.382,2	12.071,7	11.428,6	11.013,4
Global BRL 2016	-	-	-	-	-	-	-	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.759,0	1.769,2	1.668,4	1.514,5	1.455,1	1.490,4	1.490,4	1.366,0	1.381,5	1.330,6	1.415,8	1.379,9	1.283,5
Marco Alemão 2008	1.319,3	1.326,9	1.251,3	1.135,8	1.091,3	813,5	1.117,8	1.024,5	1.036,1	998,0	1.061,8	1.034,9	972,4
Samurai 2006	1.486,6	1.489,6	1.447,2	1.326,2	1.271,5	1.275,5	1.281,0	1.174,3	1.162,0	1.105,8	1.189,2	1.137,6	1.095,1
Samurai 2007	1.982,2	1.986,1	1.929,7	1.768,2	1.695,4	1.700,7	1.708,0	1.565,7	1.549,3	1.474,4	1.585,6	1.516,8	1.460,2
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5
III. DÍVIDA CONTRATUAL	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9
V. TOTAL (I+II+III+IV)	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	11,0%	11,3%	10,5%	9,9%	9,6%	9,3%	9,2%	8,9%	8,7%	8,5%	9,0%	8,4%	7,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Fev/2005	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2006
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.130.190,1	1.159.027,9	1.160.228,9	1.179.927,0	1.200.961,5	1.211.797,7	1.216.689,7	1.233.347,3	1.240.924,8	1.268.769,5	1.256.713,1	1.277.259,7	1.306.117,6
I. Dívida em Mercado	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9
Dívida Securitizada	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0	23.551,2	23.664,6	23.535,8	20.307,2	19.797,2	18.084,3	17.754,7	17.843,1
TDA	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0	3.044,6	3.060,2	3.220,6	3.297,4	3.437,1	3.447,5	3.431,9	3.425,5
LTN	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7	198.276,4	212.425,7	232.414,2	220.973,3	248.998,3	263.451,3	253.193,1	269.680,5
LFT	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9	516.363,8	505.969,8	498.798,1	516.796,6	505.983,8	497.907,6	478.615,0	467.995,3
LFT-A	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9	3.919,2	3.945,9	3.966,3	3.982,7	3.997,7	4.016,0	3.816,0	3.820,4
LFT-B	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0	4.279,7	3.901,0	3.497,9	3.188,3	3.062,2	2.704,3	2.335,4	2.295,1
NTN-A	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8	10.627,3	10.536,9	9.902,2	9.901,9	9.721,6	10.335,8	9.816,6	9.489,7
NTN-B	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1	37.333,0	37.906,5	39.579,5	42.426,4	50.600,5	73.824,5	112.268,4	131.443,9
NTN-C	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1	75.478,4	75.405,4	75.198,5	75.261,8	76.183,1	66.993,8	66.132,0	65.940,2
NTN-D	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0	5.676,0	5.652,9	5.807,8	4.912,0	4.865,3	5.206,3	4.913,2	4.570,1
NTN-F	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8	6.823,1	7.360,6	7.942,0	8.631,8	9.172,9	9.615,4	9.996,2	12.521,9
NTN-I	1.663,4	1.686,1	1.594,8	1.551,0	1.531,8	1.576,4	1.573,4	1.507,6	1.516,5	1.492,1	1.665,7	1.520,2	1.472,7
NTN-P	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4	2.980,6	3.005,3	3.027,7	3.049,0	3.073,4	3.095,4	3.117,7	3.135,2
CFT-A	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6	10.601,3	10.426,2	10.271,2	10.191,5	10.127,2	10.037,5	9.968,9	9.503,1
CFT-D	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0	2.211,6	2.179,1	2.041,4	2.063,5	2.012,9	2.127,2	2.006,5	1.926,2
Demais	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2	3.882,8	3.866,5	3.885,6	3.855,8	3.895,9	3.926,5	3.980,7	4.015,8
II. Dívida com BACEN	294.761,5	296.911,8	296.480,0	301.176,9	304.613,1	305.172,3	305.809,8	308.750,8	310.569,1	312.348,3	280.274,0	294.393,4	297.038,7
LTN	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9	126.068,8	140.065,1	151.485,2	142.971,0	151.197,2	119.221,6	133.989,0	141.197,9
LFT	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7	132.988,3	120.253,6	117.194,4	123.787,2	117.912,6	120.035,6	121.226,2	121.408,9
NTN-D	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1	32.189,8	31.670,4	26.134,4	27.877,0	27.269,5	24.966,9	23.683,3	19.034,4
Demais	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4	13.925,4	13.820,8	13.936,8	15.933,8	15.969,0	16.050,0	15.494,9	15.397,5
Dívida em Mercado/PIB	46,5%	47,7%	47,4%	47,8%	48,4%	48,6%	48,5%	48,8%	48,8%	49,8%	50,5%	50,5%	51,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Fev/2005	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2006
I. INTERNA	-154.717,5	-155.775,3	-158.525,6	-153.297,4	-154.155,6	-156.629,5	-158.044,2	-159.199,3	-159.472,0	-161.358,7	-163.959,7	-167.603,0	-167.055,0
Dívida contratual	370,4	377,8	346,5	327,4	296,9	301,7	298,9	279,3	269,9	266,7	256,3	305,7	232,5
FAT	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2
Aplicações financeiras	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6	-4.164,8
Fundos Regionais	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-25.647,0	-26.290,4	-26.662,6	-27.043,2	-27.280,4	-27.703,7	-28.008,5	-28.603,3	-29.064,3	-29.152,9
Demais	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7	-14.384,6
II. EXTERNA	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9
Disponibilidades	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-155.178,4	-156.218,8	-158.868,6	-153.616,0	-154.485,1	-156.970,2	-158.384,9	-159.528,9	-159.820,9	-161.813,5	-164.271,4	-167.926,0	-167.398,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,4%	-8,3%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,5%	-8,6%	-8,5%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Fevereiro / 2006

Comentários

Em Fevereiro de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -14,0%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.537.417,9 (mil), em Fevereiro de 2006, contra R\$ 5.275.600,2 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	Fev / 2006	Fev / 2006	Jan a Fev / 2006
							Jan / 2006	Fev / 2005	Jan a Fev / 2005
FPM	2.383.256,4	2.086.287,1	4.469.543,5	2.698.247,7	2.320.698,5	5.018.946,2	-14,0 %	11,2 %	12,3 %
FPE	2.274.327,1	1.990.931,0	4.265.258,1	2.577.352,5	2.216.719,4	4.794.071,8	-14,0 %	11,3 %	12,4 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Fevereiro de 2006 foram efetuados nos dias 10, 20 e 24. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Fevereiro	-12,0 %	-14,0 %	-12,0 %	-14,0 %	-14,0 %	-15,4 %

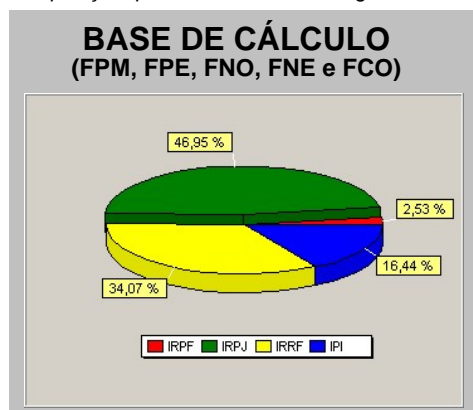
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	mar/fev	abr/mar	mai/abr
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-10,0 %	12,0 %	4,0 %
IPI-EXP	-9,0 %	27,0 %	-13,0 %

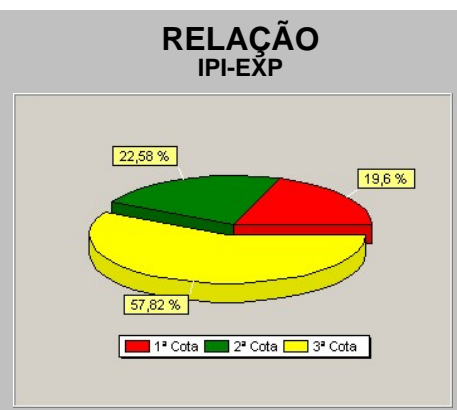
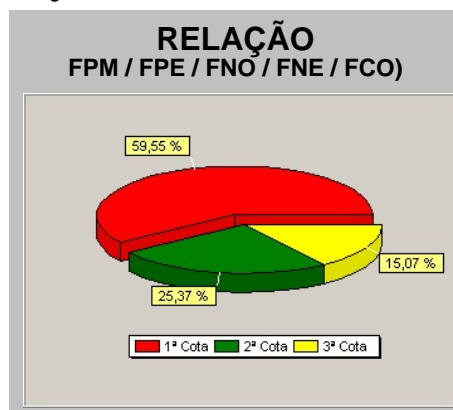
Composição dos Fundos

Em Fevereiro de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/01/2006 a 20/02/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Jan/3º DEC	390.928,3	6.832.797	7.223.725,3	Fev/1º DEC	1.320.135,8	1.381.537,5	33.228,9	482.629,8	3.217.532
Fev/1º DEC	450.228,3	2.627.379	3.077.607,3	Fev/2º DEC	562.432,7	588.592,4	38.269,4	209.875,5	1.399.170
Fev/2º DEC	1.153.120,5	675.338,2	1.828.458,7	Fev/3º DEC	334.150,8	349.692,7	98.015,2	137.975,1	919.833,9
TOTAL	1.994.277,1	10.135.514,1	12.129.791,3	TOTAL	2.216.719,4	2.319.822,6	169.513,6	830.480,4	5.536.535,9
Fev/3º DEC	383.173,5	5.821.597,9	6.204.771,5	Mar/1º DEC	1.133.922	1.186.662,5	32.569,8	415.262,5	2.768.416,8

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	14.382	75.834	15	15.923
Alagoas	AL	55.638	92.218	589	26.196
Amazonas	AM	33.056	61.855	5.039	17.638
Amapá	AP	8.255	75.634	13	14.806
Bahia	BA	205.828	208.287	10.696	74.967
Ceará	CE	116.539	162.638	1.779	49.581
Distrito Federal	DF	5.124	15.300	76	3.617
Espírito Santo	ES	40.924	33.251	7.133	14.348
Goiás	GO	84.637	63.024	1.519	26.326
Maranhão	MA	100.296	160.007	1.816	46.256
Minas Gerais	MG	303.386	98.744	19.330	74.375
Mato Grosso do Sul	MS	34.232	29.527	1.238	11.470
Mato Grosso	MT	42.898	51.160	1.603	16.881
Pará	PA	83.101	135.486	7.243	39.852
Paraíba	PB	73.121	106.156	595	31.742
Pernambuco	PE	112.493	152.958	1.125	47.043
Piauí	PI	60.787	95.793	76	27.645
Paraná	PR	157.283	63.912	18.705	42.335
Rio de Janeiro	RJ	67.542	33.865	18.002	21.072
Rio Grande do Norte	RN	56.900	92.612	868	26.538
Rondônia	RO	22.046	62.414	248	14.948
Roraima	RR	14.359	54.990	10	12.240
Rio Grande do Sul	RS	154.604	52.199	23.427	40.590
Santa Catarina	SC	89.941	28.370	14.316	23.405
Sergipe	SE	32.228	92.111	120	21.963
São Paulo	SP	312.480	22.167	33.903	64.047
Tocantins	TO	38.619	96.206	28	23.798
Total		2.320.698	2.216.719	169.513	829.604

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Maio	2005	24/06/2005
Junho	2005	29/07/2005
Julho	2005	18/08/2005
Agosto	2005	16/09/2005
Setembro	2005	25/10/2005
Outubro	2005	25/11/2005
Novembro	2005	16/12/2005
Dezembro	2005	25/01/2006
Janeiro	2006	23/02/2006

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Fevereiro / 2006

Comportamento no Mês

Em Fevereiro de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.488.009,8 (mil), contra R\$ 3.103.763,5 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -19,8% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -22,5% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Janeiro	Participação	Fevereiro	Participação	Fev / Jan
FPM	474.963,2	15,3 %	408.504,5	16,4 %	-14,0 %
FPE	454.826,9	14,6 %	391.185,8	15,7 %	-14,0 %
IPI-EXP	35.347,5	1,1 %	29.914,2	1,2 %	-15,4 %
LC 87/96	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0 %
ICMS	2.138.625,9	68,9 %	1.658.405,4	66,6 %	-22,5 %
TOTAL	3.103.763,5	100,0 %	2.488.009,8	100,0 %	-19,8 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

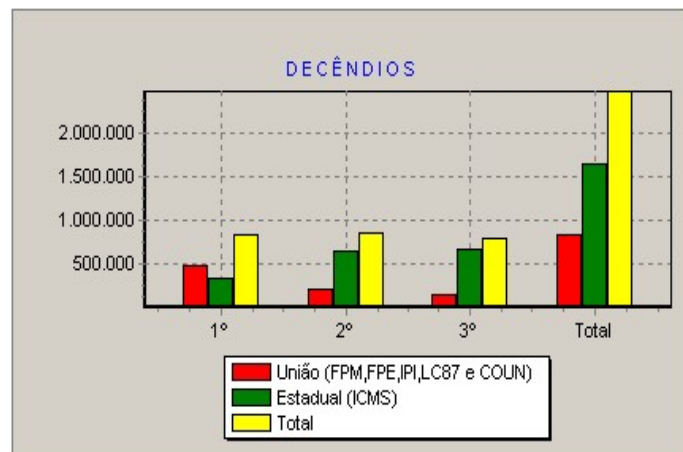
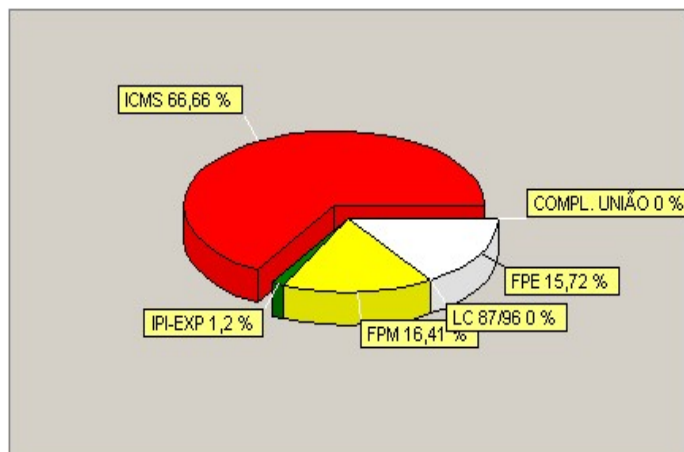
Obs.: os recursos referentes ao mês de fev/06 serão repassados em mar/06.

Estados	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maranhão	26.852.430	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	26.637.435	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	41.579.340
Pará	14.592.180	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	15.105.330	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	23.155.080
TOTAL	41.444.610	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	41.742.765	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	64.734.420

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

R\$ Mil

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
Acre	146.626	13.382	2.538	3	0	0	5.059	20.982	143,1	297,6
Alagoas	674.321	16.274	9.819	104	0	0	14.426	40.622	60,2	145,1
Amapá	127.625	13.347	1.457	2	0	0	3.507	18.314	143,5	317,5
Amazonas	745.772	10.916	5.833	889	0	0	27.145	44.783	60,0	148,4
Bahia	2.782.645	36.757	36.322	1.887	0	0	81.485	156.452	56,2	118,9
Ceará	1.531.674	28.701	20.566	314	0	0	45.290	94.870	61,9	115,7
Distrito Federal	300.965	2.700	904	13	0	0	0	3.617	12,0	26,0
Espírito Santo	497.527	5.868	7.222	1.259	0	0	48.311	62.659	125,9	267,0
Goiás	888.973	11.122	14.936	268	0	0	50.925	77.251	86,9	160,8
Maranhão	1.447.560	28.237	17.699	320	0	0	7.704	53.961	37,3	90,8
Mato Grosso	565.348	9.028	7.570	283	0	0	35.089	51.970	91,9	191,0
Mato Grosso do Sul	396.990	5.211	6.041	218	0	0	28.496	39.966	100,7	225,4
Minas Gerais	3.176.706	17.425	53.539	3.411	0	0	198.462	272.838	85,9	180,2
Paraíba	745.405	18.733	12.904	105	0	0	18.348	50.090	67,2	142,4
Paraná	1.527.232	11.279	27.756	3.301	0	0	116.152	158.487	103,8	222,3
Pará	1.533.369	23.909	14.665	1.278	0	0	51.956	91.809	59,9	117,4
Pernambuco	1.493.544	26.993	19.852	198	0	0	46.963	94.006	62,9	145,0
Piauí	639.212	16.905	10.727	13	0	0	12.871	40.516	63,4	133,7
Rio Grande do Norte	522.335	16.343	10.041	153	0	0	21.357	47.895	91,7	197,5
Rio Grande do Sul	1.503.203	9.212	27.244	4.134	0	0	129.501	170.091	113,2	254,7
Rio de Janeiro	2.005.935	5.976	11.919	3.177	0	0	137.852	158.924	79,2	187,8
Rondônia	295.378	11.014	3.890	44	0	0	15.577	30.525	103,3	212,2
Roraima	79.194	9.704	2.534	2	0	0	1.911	14.150	178,7	385,8
Santa Catarina	868.134	5.006	15.872	2.526	0	0	62.730	86.134	99,2	227,1
Sergipe	368.317	16.255	5.687	21	0	0	13.044	35.008	95,0	204,8
São Paulo	5.094.240	3.912	54.152	5.983	0	0	475.430	539.476	105,9	272,1
Tocantins	260.218	16.977	6.815	5	0	0	8.815	32.613	125,3	243,5
Total	30.218.448	391.185	408.504	29.914	0	0	1.658.405	2.488.009	82,3	185,0

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.